

O ALIENISTA

Machado de Assis



BAIXE LIVROS
Sua Biblioteca Virtual Gratuita

O ALIENISTA

Machado de Assis

1839–1908

*Edição com notas
críticas e explicativas*

BAIXE LIVROS · 2026

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	O Alienista
AUTOR	Machado de Assis (1839–1908)
PUBLICADO EM	Folhetins na revista A Estação, de outubro de 1881 a março de 1882; recolhido no volume Papéis Avulsos, 1882
TEXTO-BASE	Texto de Papéis Avulsos (1882)
ESTA EDIÇÃO	Atualização para o português contemporâneo, notas críticas e estudo final: Paulo Valença
PÚBLICO	Leitores gerais, estudantes de letras e de filosofia, professores e leitores de formação clássica
EDIÇÃO	Baixe Livros, 2026
REGISTRO	APD-2026-00011-3

SOBRE ESTA EDIÇÃO

Texto integral de *O Alienista* — os treze capítulos, sem cortes e sem resumos —, em português contemporâneo. A atualização preserva a estrutura da narrativa, a ordem dos episódios, os diálogos e o ritmo da prosa machadiana; moderniza a ortografia e as formas hoje arcaicas, e mantém, explicando em nota, os termos de sabor histórico insubstituível.

Ao fim de cada capítulo vem um bloco de notas críticas e explicativas, com numeração que recomeça a cada capítulo. Fecha o volume um estudo crítico de conjunto, que só deve ser lido depois do conto. A Nota editorial, na abertura, explica o critério da atualização e o das notas.

LICENÇA DE USO

Disponibilização gratuita e integral por meio da plataforma Baixe Livros. Caso deseje compartilhá-lo fora deste ambiente, é necessário obter a devida permissão. Além disso, a licença gratuita concedida para este material poderá ser alterada futuramente a critério do editor. Reforçamos o compromisso com a ética e a valorização do trabalho dos autores, tradutores e editores, oferecendo acesso responsável à leitura. Baixe outros livros gratuitamente em baixelivros.com.br

SUMÁRIO

Nota editorial.....	1
I. De como Itaguaí ganhou uma casa de loucos	4
II. Torrente de loucos	24
III. Deus sabe o que faz!.....	41
IV. Uma teoria nova	54
V. O Terror	72
VI. A rebelião.....	114
VII. O inesperado.....	139
VIII. As angústias do boticário	156
IX. Dois lindos casos	165
X. A restauração.....	175
XI. O assombro de Itaguaí.....	194
XII. O final do § 4º	201
XIII. Plus ultra!.....	226
Estudo crítico final.....	252

Nota editorial

Esta edição atualiza o texto integral de *O Alienista* para o português contemporâneo. A atualização preserva a estrutura da narrativa, a ordem dos episódios, os diálogos e — tanto quanto possível — o ritmo e a ironia da prosa machadiana. Foram modernizadas a ortografia e certas formas hoje arcaicas (“cousa” → “coisa”, “dous” → “dois”, “doudo” → “louco”, mesóclises e construções sintáticas em desuso), e foram glosados ou substituídos termos que o leitor atual já não reconhece. Nada foi cortado nem resumido; onde o

vocabulário antigo tem sabor histórico insubstituível (boticário, matraca, juiz de fora), ele foi mantido e explicado em nota.

Ao final de cada capítulo, um bloco de **notas críticas e explicativas** cumpre duas funções: primeiro, esclarecer referências históricas, literárias e vocabulares; segundo, acompanhar criticamente as ideias em jogo, à luz do realismo filosófico, da lei natural e da tradição de Santo Tomás de Aquino. O *Alienista* é uma sátira ao cientificismo — e nisso Machado acerta em cheio: a pretensão de reduzir a alma humana a objeto de laboratório é desmontada com uma precisão que nenhum tratado conseguiria igualar. Mas a sátira

machadiana opera por um ceticismo universal que não poupa ninguém: nem a ciência, nem o povo, nem a Igreja, nem a própria possibilidade de distinguir com segurança a razão da loucura. As notas indicam onde a ironia do autor ilumina e onde ela, levada ao extremo, insinua um relativismo que a razão bem conduzida não obriga a aceitar. O leitor encontrará também, ao final do volume, um breve estudo crítico de conjunto.

As chamadas de nota aparecem no corpo do texto como algarismos em sobrescrito, clicáveis: o número leva à nota, e o número da nota devolve o leitor ao ponto exato do texto. A numeração recomeça a cada capítulo.

De como Itaguaí ganhou uma casa de loucos

As crônicas da vila de Itaguaí contam que, em tempos remotos, viveu ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas.¹ Havia estudado em Coimbra e em Pádua.² Aos trinta e quatro anos voltou ao Brasil, sem que o rei conseguisse convencê-lo a ficar em Lisboa cuidando dos negócios da monarquia.

— A ciência — disse ele a Sua Majestade — é a minha única ocupação; Itaguaí é o meu universo.³

Dito isso, recolheu-se a Itaguaí e entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência, alternando as curas com as leituras e demonstrando os teoremas com cataplasmas.⁴ Aos quarenta anos, casou-se com D. Evarista da Costa e Mascarenhas, senhora de vinte e cinco anos, viúva de um juiz de fora,⁵ e nem bonita nem simpática. Um tio dele, caçador de pacas diante do Eterno, e não menos franco, espantou-se com semelhante escolha e lhe disse isso. Simão Bacamarte explicou que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem: digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso e excelente vista; estava, portanto, apta a dar-lhe filhos robustos, sadios e inteligentes. Se, além

dessas prendas — as únicas dignas da preocupação de um sábio —, D. Evarista tinha feições mal compostas, longe de lamentá-lo, ele agradecia a Deus, pois assim não corria o risco de sacrificar os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da esposa.⁶

D. Evarista frustrou as esperanças do Dr. Bacamarte: não lhe deu filhos nem robustos nem franzinos. A índole natural da ciência é a paciência longânime; o nosso médico esperou três anos, depois quatro, depois cinco. Ao fim desse tempo, fez um estudo profundo da matéria, releu todos os autores árabes⁷ e outros que trouxera para Itaguaí, enviou consultas às universidades italianas e alemãs, e

acabou aconselhando à mulher um regime alimentar especial. A ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo; e à sua resistência — explicável, mas inqualificável — devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes.

Mas a ciência tem o inefável dom de curar todas as mágoas; o nosso médico mergulhou inteiramente no estudo e na prática da medicina. Foi então que um dos recantos dela lhe chamou especialmente a atenção — o recanto psíquico, o exame da patologia cerebral. Não havia na colônia, nem mesmo no reino, uma só autoridade em semelhante matéria, mal explorada, ou

quase inexplorada. Simão Bacamarte compreendeu que a ciência lusitana, e particularmente a brasileira, podia cobrir-se de “louros imarcescíveis”⁸ — expressão usada por ele mesmo, mas num arroubo de intimidade doméstica; exteriormente era modesto, como convém aos sábios.

— A saúde da alma — bradou ele — é a ocupação mais digna do médico.⁹

— Do verdadeiro médico — emendou Crispim Soares, boticário¹⁰ da vila, um de seus amigos e companheiros de mesa.

A Câmara de vereadores de Itaguaí, entre outros pecados de que a acusam os cronistas, tinha o de não fazer caso dos dementes. Cada louco furioso era

trancado num quarto da própria casa e ali ficava, não curado, mas descuidado, até que a morte viesse defraudá-lo do benefício da vida; os mansos andavam soltos pela rua.¹¹ Simão Bacamarte resolveu desde logo reformar tão ruim costume: pediu licença à Câmara para abrigar e tratar, no edifício que ia construir, todos os loucos de Itaguaí e das demais vilas e cidades, mediante um pagamento que a Câmara faria quando a família do enfermo não pudesse fazê-lo. A proposta excitou a curiosidade de toda a vila e encontrou grande resistência — tão certo é que dificilmente se desarraigam hábitos absurdos, ou até maus. A ideia de reunir os loucos numa mesma casa, vivendo em comum, pareceu, em si mesma, um

sintoma de demência, e não faltou quem o insinuasse à própria mulher do médico.

— Olhe, D. Evarista — disse-lhe o Padre Lopes, vigário do lugar —, veja se seu marido dá um passeio ao Rio de Janeiro. Isso de estudar sempre, sempre, não é bom: vira o juízo.

D. Evarista ficou aterrada. Foi ter com o marido e disse-lhe “que estava com desejos”, um principalmente: o de ir ao Rio de Janeiro e comer tudo o que a ele parecesse adequado a certo fim. Mas aquele grande homem, com a rara sagacidade que o distinguia, penetrou a intenção da esposa e respondeu-lhe, sorrindo, que não tivesse medo. Dali foi à Câmara, onde os vereadores debatiam

a proposta, e defendeu-a com tanta eloquência que a maioria resolveu autorizar o que ele pedira, votando ao mesmo tempo um imposto destinado a subsidiar o tratamento, o alojamento e o sustento dos loucos pobres. A matéria do imposto não foi fácil de achar: tudo já estava tributado em Itaguaí. Depois de longos estudos, assentou-se em permitir o uso de dois penachos nos cavalos dos enterros. Quem quisesse emplumar os cavalos de um coche fúnebre pagaria dois tostões à Câmara, repetindo-se essa quantia tantas vezes quantas fossem as horas decorridas entre o falecimento e a última bênção na sepultura.¹² O escrivão perdeu-se nos cálculos aritméticos do rendimento possível da nova taxa; e um dos

vereadores, que não acreditava na empresa do médico, pediu que se dispensasse o escrivão de um trabalho inútil.

— Os cálculos não são precisos — disse ele — porque o Dr. Bacamarte não arranja nada. Quem é que já viu meter todos os loucos dentro da mesma casa?

Enganava-se o digno magistrado: o médico arranhou tudo. Uma vez de posse da licença, começou logo a construir a casa. Ficava na rua Nova, a mais bela rua de Itaguaí naquele tempo; tinha cinquenta janelas de cada lado, um pátio no centro e numerosos cubículos para os hóspedes. Como era grande arabista, Bacamarte achou no Corão a declaração de Maomé de que os loucos

são veneráveis, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A ideia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a mandou gravar na fachada da casa; mas, como tinha medo do vigário, e por tabela do bispo, atribuiu o pensamento ao papa Bento VIII — merecendo, com essa fraude, aliás pia, que o Padre Lopes lhe contasse, ao almoço, a vida daquele pontífice eminente.¹³

A Casa Verde foi o nome dado ao asilo, por alusão à cor das janelas, que pela primeira vez apareciam verdes em Itaguaí. Inaugurou-se com imensa pompa; de todas as vilas e povoações próximas, e até remotas, e da própria cidade do Rio de Janeiro, acorreu gente

para assistir às cerimônias, que duraram sete dias. Muitos dementes já estavam recolhidos, e os parentes tiveram ocasião de ver o carinho paternal e a caridade cristã com que eles seriam tratados. D. Evarista, contentíssima com a glória do marido, vestiu-se com luxo, cobriu-se de joias, flores e sedas. Ela foi uma verdadeira rainha naqueles dias memoráveis; ninguém deixou de visitá-la duas e três vezes, apesar dos costumes caseiros e recatados do século, e não só a cortejavam como a louvavam; porquanto — e este fato é um documento altamente honroso para a sociedade do tempo — viam nela a feliz esposa de um alto espírito, de um varão ilustre, e, se lhe tinham inveja, era a santa e nobre inveja dos admiradores.¹⁴

Ao fim de sete dias expiraram as festas públicas; Itaguaí tinha, finalmente, uma casa de loucos.

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

- 1 **“As crônicas da vila de Itaguaí”.** Machado finge narrar a partir de crônicas antigas, imitando o tom dos cronistas coloniais. O recurso cria distância irônica: o narrador pode afirmar exageros (“o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas”) fingindo apenas transmiti-los. Convém ao leitor perceber desde já que *ninguém* neste conto fala com a voz direta do autor — nem mesmo o narrador.
- 2 **Coimbra e Pádua.** As duas universidades resumem o itinerário do letrado luso-brasileiro de Antigo Regime. Note-se que ambas são universidades de origem medieval e católica — Pádua, aliás,

frequentada por São Alberto Magno e vizinha do túmulo de Santo Antônio. A formação de Bacamarte vem, portanto, da velha cristandade; a sua deformação virá do uso que fará dela.

3 “A ciência é a minha única ocupação.” Eis, na primeira página, a chave de toda a obra. Bacamarte erige a ciência em fim último — lugar que, na ordem real das coisas, pertence somente a Deus. Santo Tomás ensina que a ciência é um bem verdadeiro, mas um bem *da inteligência*, ordenado a bens superiores: a sabedoria, a contemplação da verdade primeira, o bem da pessoa (*Suma Teológica*, II-II, q. 167, sobre a *curiositas*). Quando um bem parcial é absolutizado, converte-se em ídolo, e o ídolo devora o seu adorador — que é exatamente o enredo que se vai seguir. A sátira de Machado, aqui, coincide com a advertência tomista: o erro de

Bacamarte não é amar a ciência, é amá-la *desordenadamente*.

4 **“Demonstrando os teoremas com cataplasmas.”** O zeugma cômico junta a geometria (teoremas) e a botica (cataplasmas): a medicina da época pretendia rigor matemático com meios rudimentares. É a primeira alfinetada contra a desproporção entre a pretensão e o instrumento — desproporção que define o cientificismo de todos os tempos.

5 **Juiz de fora.** Magistrado nomeado pela Coroa portuguesa para atuar “de fora” da terra, isto é, sem vínculos locais, garantindo (em tese) imparcialidade. Detalhe histórico que situa a ação no Brasil colonial, século XVIII.

6 **O casamento como experimento.** Passagem capital. Bacamarte escolhe esposa como quem seleciona uma matriz

biológica: digestão, sono, pulso, vista. Machado satiriza aqui, com décadas de antecedência, a mentalidade eugenista que o século XX levaria às últimas consequências. À luz da lei natural, o erro é duplo. Primeiro, reduz-se a pessoa a meio: D. Evarista não é amada como cônjuge, mas usada como instrumento de um projeto. Segundo, inverte-se a ordem dos bens do matrimônio: a prole é um bem do casamento (*bonum prolis*), mas o casamento não é um laboratório de reprodução; é comunidade de vida fundada na doação mútua (*bonum fidei*) e, para os batizados, sacramento (*bonum sacramenti*). A esterilidade do casal — “a total extinção da dinastia dos Bacamartes” — funciona na narrativa como ironia providencial: o casamento calculado cientificamente é justamente o que não produz o resultado calculado. A natureza não se deixa reduzir a protocolo.

- 7 **Os autores árabes.** Referência à medicina árabe medieval (Avicena, Averróis, Rasis), que dominou o ensino médico europeu por séculos. Machado insinua o anacronismo de Bacamarte: o “maior dos médicos” busca a vanguarda em autoridades já então superadas. Adiante o veremos lendo Averróis no momento mesmo em que a realidade lhe bate à porta.
- 8 **“Louros imarcescíveis”.** Louros que não murcham — glória imperecível. O adjetivo empolado denuncia a vaidade que a “modéstia” exterior do sábio mal disfarça. A modéstia de Bacamarte é tática, não virtude: virtude é hábito interior, não fachada (cf. Santo Tomás sobre a diferença entre a virtude verdadeira e a sua simulação, II-II, q. 111, sobre a hipocrisia).
- 9 **“A saúde da alma é a ocupação mais digna do médico.”** Frase de aparência nobre que

contém o contrabando decisivo do conto: o médico anexa a *alma* ao seu território. A tradição sempre distinguiu as ordens: o médico cuida do corpo e das condições orgânicas do psiquismo; a saúde da alma propriamente dita — a ordenação da inteligência à verdade e da vontade ao bem — pertence à filosofia moral e, sobretudo, à graça, de que a Igreja é ministra. Quando a medicina se proclama juíza da alma, o desvio moral passa a chamar-se “patologia”, e o tratamento substitui a conversão. O século XX conheceria as consequências: da psiquiatrização de dissidentes aos abusos de uma psicologia que se pretende árbitro do bem e do mal. Machado viu o germe disso em 1881.

10 Boticário. O farmacêutico da época, que preparava ele próprio os remédios na botica. Crispim Soares inaugura aqui o seu papel de eco servil (“Do verdadeiro

médico”) — a adulação como modo de vida, que será estudada nos capítulos VIII e XII.

11 O abandono dos loucos. O quadro é historicamente exato: antes dos asilos, os dementes pobres eram trancados em casa ou vagavam ao léu. Machado é fino: a situação anterior era *realmente* má (“não curado, mas descuidado”), e a iniciativa de Bacamarte responde a uma necessidade real. O conto não defende o abandono antigo; mostra que uma reforma verdadeira, quando conduzida por um princípio falso, pode tornar-se pior que o mal que corrige. Corrigir abusos não justifica qualquer correção — é preciso que o princípio da reforma seja verdadeiro.

12 O imposto sobre os penachos. Sátira à voracidade fiscal e à sua criatividade: quando “tudo já estava tributado”, tributa-se a vaidade fúnebre. Note-se o

mecanismo: a obra “científica” nasce financiada por um imposto sobre a pompa da morte — a razão iluminada custeada pela vaidade que despreza.

13 A fraude “pia” do Corão. Bacamarte grava na fachada uma sentença de Maomé e a atribui a um papa para não desagradar ao vigário. O episódio é duplamente revelador. Do personagem: o sábio que se diz servo da verdade abre a sua obra com uma mentira de conveniência — e mentira permanece, ainda que “pia”; a tradição moral católica jamais admitiu a mentira como meio lícito, nem mesmo para um bem (Santo Tomás, II-II, q. 110). Do autor: Machado insinua, com malícia voltairiana, uma equivalência entre a sentença corânica e a autoridade pontifícia, como se as religiões fossem intercambiáveis ornamentos de fachada. Aqui a ironia do narrador deve ser lida com olho crítico: o

que o episódio realmente demonstra não é a equivalência das religiões, mas a indiferença religiosa *de Bacamarte*, para quem fé é questão de decoração e diplomacia. O cientificismo trata a religião como fachada porque já a esvaziou por dentro.

14 **“A santa e nobre inveja dos admiradores.”** Ironia pura: inveja não é santa nem nobre; é tristeza pelo bem alheio, vício capital (II-II, q. 36). O narrador adota a linguagem lisonjeira das “crônicas” para que o leitor perceba, por conta própria, o rebaixamento moral da sociedade que descreve — uma vila inteira medida pela aparência, pronta para os vendavais que virão.

Torrente de loucos

Três dias depois, numa expansão íntima com o boticário Crispim Soares, o alienista desvendou o mistério do seu coração.

— A caridade, Sr. Soares, entra decerto no meu procedimento, mas entra como tempero, como o sal das coisas — que é assim que interpreto o dito de São Paulo aos Coríntios: “Se eu conhecer tudo quanto se pode saber, e não tiver caridade, não sou nada”. O principal, nesta minha obra da Casa Verde, é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar os casos, descobrir enfim a

causa do fenômeno e o remédio universal. Este é o mistério do meu coração. Creio que com isto presto um bom serviço à humanidade.¹

— Um excelente serviço — corrigiu o boticário.

— Sem este asilo — continuou o alienista — pouco poderia fazer; ele me dá, porém, um campo muito maior para os meus estudos.

— Muito maior — acrescentou o outro.

E tinham razão. De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaniacos² — era toda a família dos deserdados do espírito. Ao fim de quatro meses, a Casa Verde era

uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria com mais trinta e sete. O Padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos loucos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos. Um, por exemplo, um rapaz bronco e grosseiro que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus enfeites de grego e latim e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O vigário custava a acreditar. Quê! Um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua!

— Não digo que não — respondia-lhe o alienista —, mas a verdade é o que Vossa Reverendíssima está vendo. Isto acontece todos os dias.

— Quanto a mim — tornou o vigário —, só se pode explicar pela confusão das línguas na torre de Babel, segundo nos conta a Escritura: provavelmente, confundidas antigamente as línguas, é fácil trocá-las agora, desde que a razão não trabalhe...

— Essa pode ser, com efeito, a explicação divina do fenômeno — concordou o alienista, depois de refletir um instante —, mas não é impossível que haja também alguma razão humana, e puramente científica, e disso trato...³

— Que assim seja, e fico ansioso. Realmente!

Os loucos por amor eram três ou quatro, mas só dois espantavam pelo curioso do delírio. O primeiro, um Falcão, rapaz de vinte e cinco anos, supunha-se estrela-d'alva; abria os braços e alargava as pernas, para dar-lhes certa feição de raios, e ficava assim horas esquecidas, perguntando se o sol já tinha saído, para ele recolher-se. O outro andava sempre, sempre, sempre, à roda das salas ou do pátio, ao longo dos corredores, à procura do fim do mundo. Era um desgraçado a quem a mulher abandonara para seguir um janota. Mal descobriu a fuga, armou-se de uma garrucha e saiu no encalço dos

dois; achou-os duas horas depois, à beira de uma lagoa, e matou-os a ambos com os maiores requintes de crueldade.

O ciúme satisfez-se, mas o vingado estava louco. E então começou aquela ânsia de ir ao fim do mundo à cata dos fugitivos.⁴

A mania das grandezas tinha exemplares notáveis. O mais notável era um pobre-diabo, filho de um vendedor de roupas usadas, que narrava às paredes (porque nunca olhava para nenhuma pessoa) toda a sua genealogia, que era esta:

— Deus gerou um ovo, o ovo gerou a espada, a espada gerou Davi, Davi gerou a púrpura, a púrpura gerou o duque, o

duque gerou o marquês, o marquês gerou o conde, que sou eu.

Dava uma pancada na testa, um estalo com os dedos, e repetia cinco, seis vezes seguidas:

— Deus gerou um ovo, o ovo, etc.⁵

Outro da mesma espécie era um escrivão, que se apresentava como mordomo do rei; outro era um boiadeiro de Minas, cuja mania era distribuir boiadas a toda a gente: dava trezentas cabeças a um, seiscentas a outro, mil e duzentas a outro, e não acabava mais. Não falo dos casos de monomania religiosa; citarei apenas um sujeito que, chamando-se João de Deus, dizia agora ser o deus João, e prometia o reino dos céus a quem o adorasse, e as

penas do inferno aos outros; e, depois desse, o licenciado Garcia, que não dizia nada, porque imaginava que, no dia em que chegasse a proferir uma só palavra, todas as estrelas se despregariam do céu e abrasariam a terra — tal era o poder que recebera de Deus. Assim o escrevia ele no papel que o alienista lhe mandava dar, menos por caridade do que por interesse científico.⁶

Que, na verdade, a paciência do alienista era ainda mais extraordinária do que todas as manias hospedadas na Casa Verde; nada menos que assombrosa. Simão Bacamarte começou por organizar um pessoal de administração; e, aceitando essa ideia do boticário Crispim Soares, aceitou-

lhe também dois sobrinhos, a quem incumbiu da execução de um regulamento que lhes deu, aprovado pela Câmara, sobre a distribuição da comida e da roupa, e também da escrituração, etc. Era o melhor que podia fazer, para cuidar somente do seu ofício.

— A Casa Verde — disse ele ao vigário — é agora uma espécie de mundo, em que há o governo temporal e o governo espiritual.⁷

E o Padre Lopes ria desse pio trocadilho, e acrescentava — com o único fim de dizer também uma graça:

— Deixe estar, deixe estar, que hei de mandá-lo denunciar ao papa.

Uma vez desonerado da administração, o alienista procedeu a uma vasta classificação dos seus enfermos. Dividiu-os primeiramente em duas classes principais: os furiosos e os mansos; daí passou às subclasses: monomanias, delírios, alucinações diversas. Feito isso, começou um estudo aturado e contínuo: analisava os hábitos de cada louco, as horas de crise, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências; inquiria da vida dos enfermos, profissão, costumes, circunstâncias da revelação mórbida, acidentes da infância e da mocidade, doenças de outra espécie, antecedentes na família — uma devassa, enfim, como não a faria o mais atilado corregedor.⁸ E cada dia notava uma observação nova,

uma descoberta interessante, um fenômeno extraordinário. Ao mesmo tempo estudava o melhor regime, as substâncias medicamentosas, os meios curativos e os paliativos, não só os que vinham nos seus amados árabes, como os que ele mesmo descobria, à força de sagacidade e paciência. Ora, todo esse trabalho lhe tomava a maior e a melhor parte do tempo. Mal dormia e mal comia; e, ainda comendo, era como se trabalhasse, porque ora interrogava um texto antigo, ora ruminava uma questão, e ia muitas vezes de uma ponta a outra do jantar sem dizer uma só palavra a D. Evarista.

1 A caridade como “tempero”. Passagem decisiva, e das mais profundas do conto. Bacamarte cita 1 Coríntios 13, 2 — e o inverte com perfeição diabólica. Para São Paulo, a caridade é tudo: sem ela, o conhecimento *nada* é. Para Bacamarte, a caridade é “tempero”, “sal das coisas” — condimento acessório de um prato cujo conteúdo é a ciência. Santo Tomás chama a caridade *forma virtutum*, forma de todas as virtudes (II-II, q. 23, a. 8): ela não tempera os atos bons; ela os *informa*, dá-lhes o ser mesmo de atos meritórios, ordenando-os ao fim último. Um saber sem caridade não é um prato sem sal: é, nas palavras do Apóstolo que Bacamarte cita sem entender, *nada*. Note-se ainda a inversão do fim e do meio: na obra da Casa Verde, os doentes não são o fim do estudo;

o estudo é o fim, e os doentes, o material. Quando o homem vira meio, tudo o mais do conto se torna logicamente possível.

2 **Monomaniacos.** Termo técnico da psiquiatria do século XIX (Esquirol): loucura parcial, limitada a um único objeto ou ideia fixa, com lucidez no restante. O conceito, hoje abandonado, era a grande novidade “científica” do tempo — e Machado o usa para mostrar como categorias diagnósticas elásticas convidam ao abuso: se a loucura pode ser parcial, qualquer traço de qualquer pessoa pode ser lido como sintoma.

3 **Babel e a “razão humana e puramente científica”.** O diálogo entre o vigário e o alienista é um pequeno tratado sobre fé e razão — em registro cômico. A explicação do Padre Lopes é teologicamente estapafúrdia (Babel não é causa de glossolalia de roceiros), e Machado ri dela

de propósito: o vigário do conto é um clérigo acomodado, de ciência curta, que representa não a Igreja, mas o clero medíocre do padroado colonial. A resposta de Bacamarte, porém, é mais fina e mais perigosa: ele “concede” a explicação divina e a esvazia, relegando-a a um andar decorativo, enquanto a explicação “puramente científica” fica com a realidade. É o esquema mental do naturalismo: Deus pode existir, contanto que não explique nada. A posição verdadeira não é nenhuma das duas: fé e razão não concorrem no mesmo plano, porque Deus é causa primeira e as causas naturais são causas segundas — investigar a causa natural de um fenômeno psíquico é legítimo e não subtrai nada a Deus. O erro do vigário é usar a Escritura como física; o erro do alienista é usar a física como teologia.

4 O louco da lagoa. No meio do rol pitoresco, Machado deposita, sem mudar de tom, uma história atroz: o marido traído assassina a mulher e o amante “com os maiores requintes de crueldade” — e é internado como curiosidade clínica, não julgado como criminoso. O detalhe merece atenção: quando a categoria “loucura” absorve tudo, absorve também o crime, e a justiça desaparece junto com a responsabilidade moral. A tradição distingue: há atos verdadeiramente privados de imputabilidade pela demência, e há atos maus cuja malícia nenhum diagnóstico dissolve. Um sistema que só conhece “casos” já não conhece culpas — nem, portanto, perdão.

5 “Deus gerou um ovo...” A genealogia delirante parodia as genealogias bíblicas (e as pretensões nobiliárquicas dos brasileiros de então, ciosos de sangue

fidalgo). Note-se a fineza: o delírio do filho do vendedor de roupas usadas é a caricatura da vaidade *normal* da vila inteira — a diferença entre o louco e os sãos é de grau, não de espécie. Machado prepara, desde já, a tese elástica de Bacamarte.

6 “Menos por caridade do que por interesse científico.” O narrador arranca a máscara com meia linha. Compare-se com a nota 1: o “tempero” da caridade já evaporou de todo; restou o interesse puro. É o retrato acabado da *curiositas* — o apetite desordenado de saber, que Santo Tomás distingue da *studiositas*, o estudo ordenado e virtuoso (II-II, q. 167): saber sem referência ao bem, para o qual o outro é espécime.

7 “Governo temporal e governo espiritual.” A graça de Bacamarte é mais séria do que parece: na Casa Verde ele é, de fato, rei e

papa — legislador, juiz e diretor de consciências. O Estado científico total, em miniatura de província. E o representante da Igreja responde com outra piada: o poder espiritual, no conto, já abdicou; ri-se de sua própria substituição.

8 **“Uma devassa, enfim.”** Devassa era o inquérito judicial do direito português — instrumento de investigação criminal. A palavra é escolhida a dedo: o método de Bacamarte não é clínico, é inquisitorial e policial. A ciência que se pretende neutra opera, desde o início, com as ferramentas do poder. O leitor moderno reconhecerá o fenômeno: toda burocracia que cataloga vidas inteiras “para o bem” das pessoas catalogadas.

Deus sabe o que faz!

A ilustre dama, no fim de dois meses, achou-se a mais desgraçada das mulheres; caiu em profunda melancolia, ficou amarela, magra, comia pouco e suspirava a cada canto. Não ousava fazer-lhe nenhuma queixa ou censura, porque respeitava nele o seu marido e senhor, mas padecia calada, e definhava a olhos vistos.¹ Um dia, ao jantar, como lhe perguntasse o marido o que é que tinha, respondeu tristemente que nada; depois atreveu-se um pouco, e chegou ao ponto de dizer que se considerava tão viúva como antes. E acrescentou:

— Quem diria que meia dúzia de lunáticos...

Não acabou a frase; ou antes, acabou-a levantando os olhos ao teto — os olhos, que eram a sua feição mais insinuante: negros, grandes, banhados de uma luz úmida, como os da aurora. Quanto ao gesto, era o mesmo que empregara no dia em que Simão Bacamarte a pediu em casamento. Não dizem as crônicas se D. Evarista brandiu aquela arma com o perverso intuito de degolar de uma vez a ciência, ou, pelo menos, decepar-lhe as mãos; mas a conjectura é verossímil. Em todo caso, o alienista não lhe atribuiu outra intenção. E não se irritou o grande homem, nem sequer ficou consternado.

O metal de seus olhos não deixou de ser o mesmo metal, duro, liso, eterno, nem a menor prega veio quebrar a superfície da fronte, quieta como a água de Botafogo. Talvez um sorriso lhe descerrou os lábios, por entre os quais filtrou esta palavra macia como o óleo do Cântico:²

— Consinto que vás dar um passeio ao Rio de Janeiro.

D. Evarista sentiu faltar-lhe o chão debaixo dos pés. Nunca vira o Rio de Janeiro, que, embora não fosse sequer uma pálida sombra do que hoje é, todavia era alguma coisa mais do que Itaguaí. Ver o Rio de Janeiro, para ela, equivalia ao sonho do hebreu cativo.³ Agora, principalmente, que o marido se

fixara de vez naquela povoação interiorana, agora é que ela perdera as últimas esperanças de respirar os ares da nossa boa cidade; e justamente agora é que ele a convidava a realizar os seus desejos de menina e moça. D. Evarista não pôde dissimular o gosto de semelhante proposta. Simão Bacamarte pegou-lhe na mão e sorriu — um sorriso tanto quanto filosófico, além de conjugal, em que parecia traduzir-se este pensamento: “Não há remédio certo para as dores da alma; esta senhora definha porque lhe parece que não a amo; dou-lhe o Rio de Janeiro, e consola-se”. E, porque era homem estudioso, tomou nota da observação.⁴

Mas um dardo atravessou o coração de D. Evarista. Conteve-se, entretanto; limitou-se a dizer ao marido que, se ele não ia, ela não iria também, porque não havia de meter-se sozinha pelas estradas.

— Irá com sua tia — replicou o alienista.

Note-se que D. Evarista tinha pensado nisso mesmo; mas não quisera pedi-lo nem insinuá-lo, em primeiro lugar porque seria impor grandes despesas ao marido, em segundo lugar porque era melhor, mais metódico e racional, que a proposta viesse dele.

— Oh! Mas o dinheiro que será preciso gastar! — suspirou D. Evarista, sem convicção.

— Que importa? Temos ganhado muito — disse o marido. — Ainda ontem o escriturário me prestou contas. Queres ver?

E levou-a aos livros. D. Evarista ficou deslumbrada. Era uma via-láctea de algarismos. E depois levou-a às arcas, onde estava o dinheiro. Deus! Eram montes de ouro, eram mil cruzados sobre mil cruzados, dobrões sobre dobrões; era a opulência.⁵

Enquanto ela comia o ouro com os seus olhos negros, o alienista fitava-a e dizia-lhe ao ouvido, com a mais pérfida das alusões:

— Quem diria que meia dúzia de lunáticos...

D. Evarista compreendeu, sorriu e respondeu com muita resignação:

— Deus sabe o que faz!⁶

Três meses depois efetuava-se a viagem. D. Evarista, a tia, a mulher do boticário, um sobrinho deste, um padre que o alienista conhecera em Lisboa e que por acaso se achava em Itaguaí, cinco ou seis pajens, quatro mucamas⁷ — tal foi a comitiva que a população viu sair dali em certa manhã do mês de maio. As despedidas foram tristes para todos, menos para o alienista. Conquanto as lágrimas de D. Evarista fossem abundantes e sinceras, não chegaram a abalá-lo. Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e, se

alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa senão a ideia de que algum demente podia achar-se ali, misturado com a gente de juízo.

— Adeus! — soluçaram enfim as damas e o boticário.

E partiu a comitiva. Crispim Soares, ao voltar para casa, trazia os olhos entre as duas orelhas da mula ruana em que vinha montado; Simão Bacamarte alongava os seus pelo horizonte adiante, deixando ao cavalo a responsabilidade do regresso. Imagem viva do gênio e do vulgo! Um fita o presente, com todas as suas lágrimas e saudades; outro devassa o futuro, com todas as suas auroras.⁸

1 **“Marido e senhor... padecia calada.”** O narrador registra, sem comentário, a condição da mulher no Antigo Regime — e o silêncio de D. Evarista comove mais do que qualquer discurso. Duas coisas devem ser distinguidas aqui. A doutrina tradicional do matrimônio reconhece uma ordem doméstica encabeçada pelo marido; mas essa chefia é serviço e proteção, jamais tirania — São Paulo manda os maridos amarem as esposas “como Cristo amou a Igreja” (Ef 5, 25), isto é, até dar a vida. O que Bacamarte pratica não é a chefia cristã do lar: é a indiferença de um proprietário. A submissão de D. Evarista é honesta da parte dela; a frieza dele é a corrupção da autoridade em posse.

- 2 **“Macia como o óleo do Cântico.”** Alusão ao Cântico dos Cânticos (1, 3: “o teu nome é como óleo derramado”). A ironia é cortante: a linguagem do mais ardente poema de amor da Escritura veste a frase mais calculada e menos amorosa possível. Bacamarte não consola a esposa: administra-a, como administraria uma dose.
- 3 **“O sonho do hebreu cativo.”** Referência ao Salmo 136 (137), o canto dos exilados na Babilônia que suspiram por Jerusalém. Para a provinciana D. Evarista, o Rio de Janeiro é a Jerusalém sonhada — rebaixamento cômico do sagrado ao mundano, típico do humor machadiano, e ao mesmo tempo retrato exato de uma alma pequena, cujos céus são vitrines.
- 4 **“Tomou nota da observação.”** O momento é assombroso: o marido acaba de intuir uma verdade sobre as dores da alma — e a

primeira coisa que faz é convertê-la em dado de pesquisa. Nem o sofrimento da própria mulher escapa ao fichário. A ciência de Bacamarte é um solvente universal: dissolve o matrimônio em observação, a paixão em registro. Aqui se vê com nitidez o que Santo Tomás chama desordem do amor: ele não ama a esposa; ama, *na* esposa, o material de estudo.

- 5 **A opulência.** O detalhe das arcas cheias importa para o enredo: a Casa Verde é também um negócio próspero. Machado deixa a suspeita no ar (retomada no capítulo VI, quando Bacamarte renuncia ao estipêndio) sem jamais resolvê-la — técnica constante do autor, que prefere corroer a certeza a formular a acusação. Note o leitor, porém, o dado moral: a melancolia de uma esposa cura-se, no sistema do médico, mostrando-lhe ouro.

O materialismo do sábio e a futilidade da dama são espelhos um do outro.

6 **“Deus sabe o que faz!”** A frase que dá título ao capítulo é uma pérola de ambiguidade. Na boca de D. Evarista, é resignação piedosa que encobre um contentamento nada piedoso (ela aceita “resignadamente”... uma viagem de luxo). Machado satiriza a religiosidade de conveniência, que invoca a Providência para abençoar os próprios apetites. A sátira é justa — e não atinge a Providência, mas o seu uso vão. Que Deus saiba o que faz é verdade de fé; que o saibamos nós, quando o dizemos para forrar comodidades, é outra história.

7 **Pajens, mucamas.** Escravos domésticos: meninos de recado e criadas pessoais. A comitiva de D. Evarista viaja movida a trabalho escravo, mencionado com a naturalidade de quem lista bagagens.

Machado — ele próprio neto de escravos alforriados — pratica aqui a sua denúncia característica: nenhum discurso abolicionista, apenas o registro impassível de uma sociedade que não vê o que tem diante dos olhos. A nota voltará no capítulo VII, no episódio da mucama Benedita.

- 8 **“Imagem viva do gênio e do vulgo!”** O narrador finge exaltar Bacamarte (o gênio que devassa o futuro) contra Crispim (o vulgo que chora o presente). Leia-se ao contrário: o boticário, com os olhos nas orelhas da mula, ao menos sente a ausência da mulher; o gênio não sente nada. A frase é o epitáfio irônico de uma inteligência que trocou o coração pelo horizonte — e não perceberá, até o fim, que perdeu os dois.

Uma teoria nova

Enquanto D. Evarista, em lágrimas, ia em busca do Rio de Janeiro, Simão Bacamarte estudava por todos os lados uma certa ideia arrojada e nova, própria a alargar as bases da psicologia. Todo o tempo que lhe sobrava dos cuidados da Casa Verde era pouco para andar na rua, ou de casa em casa, conversando com as pessoas sobre trinta mil assuntos, e pontuando as falas com um olhar que metia medo aos mais heroicos.¹

Certa manhã — eram passadas três semanas —, estando Crispim Soares ocupado em preparar um medicamento,

vieram dizer-lhe que o alienista o mandava chamar.

— Trata-se de negócio importante, segundo ele me disse — acrescentou o portador.

Crispim empalideceu. Que negócio importante podia ser, senão alguma notícia da comitiva, e especialmente da mulher? Porque este ponto deve ficar claramente definido, visto que os cronistas insistem nele: Crispim amava a mulher, e havia trinta anos nunca tinham estado separados um só dia. Assim se explicam os monólogos que ele fazia agora, e que os criados lhe ouviam muitas vezes: “Anda, bem feito! Quem te mandou consentir na viagem de Cesária? Bajulador, torpe bajulador! Só

para adular o Dr. Bacamarte. Pois agora aguenta; anda, aguenta, alma de lacaio, fracalhão, vil, miserável. Dizes amém a tudo, não é? Aí tens o lucro, biltre!”. E muitos outros nomes feios, que um homem não deve dizer aos outros, quanto mais a si mesmo.² Daí a imaginar o efeito do recado é um nada. Tão depressa o recebeu, largou as drogas e voou à Casa Verde.

Simão Bacamarte recebeu-o com a alegria própria de um sábio, uma alegria abotoada de circunspecção até o pescoço.

— Estou muito contente — disse ele.

— Notícias do nosso povo? — perguntou o boticário com a voz trêmula.

O alienista fez um gesto magnífico e respondeu:

— Trata-se de coisa mais alta: trata-se de uma experiência científica. Digo experiência, porque não me atrevo a assegurar desde já a minha ideia; nem a ciência é outra coisa, Sr. Soares, senão uma investigação constante. Trata-se, pois, de uma experiência, mas uma experiência que vai mudar a face da Terra. A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.³

Disse isto, e calou-se, para ruminar o pasmo do boticário. Depois explicou longamente a sua ideia. No conceito dele, a insânia abrangia uma vasta

superfície de cérebros; e desenvolveu isto com grande cópia de raciocínios, de textos, de exemplos. Os exemplos, achou-os na história e em Itaguaí; mas, como raro espírito que era, reconheceu o perigo de citar todos os casos de Itaguaí e refugiou-se na história. Assim, apontou com destaque alguns personagens célebres: Sócrates, que tinha um demônio familiar; Pascal, que via um abismo à esquerda; Maomé, Caracala, Domiciano, Calígula, etc. — uma enfiada de casos e pessoas em que vinham de mistura entidades odiosas e entidades ridículas.⁴ E, porque o boticário se admirasse de tal promiscuidade, o alienista disse-lhe que era tudo a mesma coisa, e até acrescentou, sentencioso:

— A ferocidade, Sr. Soares, é o grotesco a sério.

— Gracioso, muito gracioso! — exclamou Crispim Soares, levantando as mãos ao céu.

Quanto à ideia de ampliar o território da loucura, o boticário achou-a extravagante; mas a modéstia, principal adorno de seu espírito, não lhe permitiu confessar outra coisa além de um nobre entusiasmo; declarou-a sublime e verdadeira, e acrescentou que era “caso de matraca”. Esta expressão não tem equivalente no estilo moderno. Naquele tempo, Itaguaí, que, como as demais vilas, arraiais e povoações da colônia, não dispunha de imprensa, tinha dois modos de divulgar uma notícia: ou por

meio de cartazes manuscritos, pregados na porta da Câmara e da igreja matriz, ou por meio de matraca. Eis em que consistia este segundo uso. Contratava-se um homem, por um ou mais dias, para andar pelas ruas do povoado com uma matraca na mão. De quando em quando tocava a matraca, reunia-se gente, e ele anunciava o que lhe incumbiam — um remédio para febres, umas terras de lavoura, um soneto, um donativo eclesiástico, a melhor tesoura da vila, o mais belo discurso do ano, etc.⁵ O sistema tinha inconvenientes para a paz pública, mas era conservado pela grande energia de divulgação que possuía. Por exemplo, um dos vereadores — justamente aquele que mais se opusera à criação da Casa

Verde — desfrutava a reputação de perfeito educador de cobras e macacos, e aliás nunca domesticara um só desses bichos; mas tinha o cuidado de fazer trabalhar a matraca todos os meses. E dizem as crônicas que algumas pessoas afirmavam ter visto cascavéis dançando no peito do vereador; afirmação perfeitamente falsa, mas devida apenas à absoluta confiança no sistema. Verdade, verdade, nem todas as instituições do antigo regime mereciam o desprezo do nosso século.⁶

— Há coisa melhor do que anunciar a minha ideia: é praticá-la — respondeu o alienista à insinuação do boticário.

E o boticário, não divergindo sensivelmente desse modo de ver,

disse-lhe que sim, que era melhor começar pela execução.

— Sempre haverá tempo de dá-la à matraca — concluiu ele.

Simão Bacamarte refletiu ainda um instante, e disse:

— Supondo o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrair a pérola, que é a razão; por outras palavras, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí, insânia, insânia, e só insânia.⁷

O vigário Lopes, a quem ele confiou a nova teoria, declarou francamente que não chegava a entendê-la, que era uma

obra absurda e, se não era absurda, era de tal modo colossal que não merecia princípio de execução.

— Com a definição atual, que é a de todos os tempos — acrescentou —, a loucura e a razão estão perfeitamente delimitadas. Sabe-se onde uma acaba e onde a outra começa. Para que transpor a cerca?⁸

Sobre o lábio fino e discreto do alienista roçou a vaga sombra de uma intenção de riso, em que o desdém vinha casado à comiseração; mas nenhuma palavra saiu de suas egrégias entranhas.

A ciência contentou-se em estender a mão à teologia — com tal segurança, que a teologia não soube, enfim, se devia

crer em si ou na outra. Itaguaí e o universo ficavam à beira de uma revolução.⁹

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

- 1 O olhar que mete medo.** Antes de formular a teoria, Bacamarte já pratica o método: vigiar a todos. O cientista transformou a vila inteira em laboratório sem que ninguém consentisse. Há aqui uma violação silenciosa da justiça: cada habitante de Itaguaí virou objeto de experimento sem o saber. Nenhum saber, por elevado que se pretenda, dá direito sobre a interioridade alheia.
- 2 Os monólogos de Crispim.** O boticário insulta a si mesmo com uma lucidez que nunca terá diante do alienista. Machado mostra que Crispim *sabe* que é adulator — e continua a sê-lo. É a fraqueza da vontade

que a tradição chama incontinência: ver o melhor e fazer o pior. A adulação, ensina Santo Tomás (II-II, q. 115), é pecado contra a amizade, porque troca a verdade devida ao amigo pelo próprio proveito; o conto inteiro é uma galeria de seus estragos.

3 “Uma ilha... um continente.” A metáfora anuncia o primeiro deslizamento da teoria. Repare o leitor no método: nenhum fato novo foi descoberto; apenas a *definição* foi alargada. É o vício lógico central do conto: quem controla a definição controla o diagnóstico, e quem controla o diagnóstico controla as pessoas. Toda ideologia procede assim — redefine os termos (“saúde”, “normalidade”, “fobia”, “ódio”) e depois colhe, na rede da nova definição, quem antes estava fora dela.

4 Sócrates, Pascal, Maomé, Calígula... A lista niveladora é o cerne do reducionismo psiquiátrico: o “demônio” socrático (a voz

interior que Sócrates dizia adverti-lo), a visão do abismo de Pascal, a crueldade de Calígula — tudo vira “caso clínico” da mesma prateleira. Misturar santos, gênios e monstros na mesma categoria não é ciência: é a recusa de julgar, travestida de diagnóstico. A frase seguinte (“a ferocidade é o grotesco a sério”) tem sua beleza literária, mas o seu efeito moral é dissolver a diferença entre o mal e o ridículo. Ora, Calígula não é um excêntrico: é um homem mau. Quando a psicologia engole a ética, o tirano vira paciente — e escapa ao tribunal.

- 5 **A matraca.** Instrumento de madeira que produz estalidos, usado como “publicidade sonora” na colônia sem imprensa. O trecho é um pequeno ensaio machadiano sobre a propaganda: o vereador que nunca domesticou bicho algum tem fama de domador *porque*

anuncia mensalmente — e há quem “veja” cascavéis dançando. A confiança no sistema de divulgação fabrica testemunhas do que nunca houve. Século XVIII, século XXI: mudou a tecnologia, não o mecanismo.

6 “Nem todas as instituições do antigo regime mereciam o desprezo do nosso século.” Ironia de duplo corte: elogia-se o antigo regime justamente pela sua máquina de embuste. Mas registre-se o alfinete contra a soberba do “nosso século”, que se julga emancipado das superstições e apenas as trocou por outras. Machado, cético, desconfia das duas eras; o leitor atento pode ir além do ceticismo: cada época deve ser julgada por um padrão que não seja ela mesma — e esse padrão existe: a verdade e a lei natural, que não envelhecem.

7 **“A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades.”** Eis a definição-mãe de todos os desastres seguintes. Parece inocente; é falsa, e vale a pena ver por quê. Primeiro: toma como *norma* um estado-limite que homem nenhum possui, pois desde a queda a natureza humana é ferida — o desejo desordenado, o juízo precipitado, a vontade claudicante são a condição comum (o que a teologia chama concupiscência, sequela do pecado original). Definir a sanidade como perfeição empírica é condenar todo o gênero humano ao manicômio — como de fato acontecerá no conto, com rigor lógico impecável. Segundo: a definição é *quantitativa* (equilíbrio, medida) onde a realidade é *qualitativa*: são as faculdades ordenadas ao seu fim — a inteligência à verdade, a vontade ao bem — que constituem a sanidade da alma; e essa ordenação admite graus, lutas, quedas e

recomeços sem que ninguém, por isso, deixe de ser são. Terceiro: falta-lhe o critério externo. Equilíbrio *em relação a quê?* Sem referência ao real e ao fim do homem, “equilíbrio” é palavra vazia que o próprio Bacamarte preencherá como quiser — e depois esvaziará e preencherá com o contrário (capítulo XI). Uma definição sem fundamento na natureza das coisas é um cheque em branco assinado ao arbítrio.

8 A objeção do vigário. Pela primeira vez, o Padre Lopes acerta — e acerta pelo caminho humilde do senso comum: “a definição de todos os tempos” distingue razoavelmente o são do demente; para que transpor a cerca? O instinto do vigário é o do realismo: as evidências primeiras do senso comum (que há loucos e há sãos, e que em geral se sabe quem é quem) não precisam de demonstração e não podem

ser abolidas por teoria alguma — quem as nega termina provando, contra si, que teoria nenhuma o sustenta. Machado, porém, faz o acerto sair de uma personagem intelectualmente preguiçosa, e assim o desvaloriza pela forma: o leitor ri do vigário e perde o aviso. Fique então registrado sem o disfarce da comédia: contra uma teoria que contraria a evidência universal, a evidência universal tem razão.

9 “A ciência estendeu a mão à teologia.”

Frase-síntese, de ironia perfeita: o gesto parece cortesia e é anexação. A teologia do conto — representada por um vigário que já não sabe “se devia crer em si ou na outra” — abdica sem combate. Machado retrata com exatidão o século XIX: uma fé intimidada pela ciência, que responde ao cientificismo com tergiversações. A resposta verdadeira nunca foi a

capitulação nem a guerra à ciência, mas a distinção dos planos: a ciência mede o como dos fenômenos; a filosofia e a teologia conhecem o quê e o para quê. Quando uma das duas invade a outra, ambas se corrompem — o conto está prestes a demonstrá-lo pelo absurdo.

O Terror

Quatro dias depois, a população de Itaguaí ouviu, consternada, a notícia de que um certo Costa fora recolhido à Casa Verde.

— Impossível!

— Qual impossível! Foi recolhido hoje de manhã.

— Mas, na verdade, ele não merecia... Ainda por cima! Depois de tanto que ele fez...

Costa era um dos cidadãos mais estimados de Itaguaí. Herdara quatrocentos mil cruzados em boa moeda del-rei D. João V,¹ dinheiro cuja renda bastava, segundo lhe declarou o

tio no testamento, para viver “até o fim do mundo”. Tão depressa recolheu a herança, começou a dividi-la em empréstimos sem juros: mil cruzados a um, dois mil a outro, trezentos a este, oitocentos àquele, a tal ponto que, no fim de cinco anos, estava sem nada. Se a miséria viesse de chofre, o pasmo de Itaguaí seria enorme; mas veio devagar: ele foi passando da opulência à abastança, da abastança à mediania, da mediania à pobreza, da pobreza à miséria, gradualmente. Ao fim daqueles cinco anos, pessoas que tiravam o chapéu até o chão quando ele apontava no fim da rua agora batiam-lhe no ombro com intimidade, davam-lhe piparotes no nariz, diziam-lhe grosserias. E o Costa, sempre afável,

sempre risonho. Nem parecia perceber que os menos corteses eram justamente os que ainda tinham a dívida em aberto; ao contrário, parece que os acolhia com maior prazer e mais sublime resignação. Um dia, como um desses devedores incuráveis lhe atirasse uma piada grosseira, e ele risse dela, observou um desafeto, com certa perfídia: “Você suporta esse sujeito para ver se ele lhe paga”. Costa não se deteve um minuto: foi ao devedor e perdoou-lhe a dívida. “Não admira”, retorquiu o outro; “o Costa abriu mão de uma estrela que está no céu.” Costa era perspicaz: entendeu que ele negava todo o merecimento do ato, atribuindo-lhe a intenção de rejeitar o que já não viria mesmo ao seu bolso. Era também brioso e inventivo;

duas horas depois achou um meio de provar que não lhe cabia tal mácula: pegou algumas moedas de ouro e mandou-as de empréstimo ao devedor.

— Agora espero que... — pensou ele, sem concluir a frase.

Esse último rasgo do Costa persuadiu a crédulos e incrédulos; ninguém mais pôs em dúvida os sentimentos cavalheirescos daquele digno cidadão. As necessidades mais acanhadas saíram à rua, vieram bater-lhe à porta, com os seus chinelos velhos, com as suas capas remendadas. Um verme, entretanto, roía a alma do Costa: era o conceito do desafeto. Mas isso mesmo acabou; três meses depois, veio este pedir-lhe uns cento e vinte cruzados, com promessa

de restituí-los dali a dois dias; era o resíduo da grande herança, mas era também uma nobre desforra: Costa emprestou o dinheiro logo, logo, e sem juro. Infelizmente, não teve tempo de ser pago; cinco meses depois era recolhido à Casa Verde.²

Imagina-se a consternação de Itaguaí quando soube do caso. Não se falou em outra coisa; dizia-se que o Costa enlouquecera ao almoço, outros diziam que de madrugada; e contavam-se os acessos, que eram furiosos, sombrios, terríveis — ou mansos, e até engraçados, conforme as versões.³ Muita gente correu à Casa Verde e achou o pobre Costa tranquilo, um pouco espantado, falando com muita

clareza e perguntando por que motivo o tinham levado para ali. Alguns foram falar com o alienista. Bacamarte aprovava esses sentimentos de estima e compaixão, mas acrescentava que a ciência era a ciência, e que ele não podia deixar na rua um mentecapto. A última pessoa que intercedeu por ele (porque, depois do que vou contar, ninguém mais se atreveu a procurar o terrível médico) foi uma pobre senhora, prima do Costa. O alienista disse-lhe, confidencialmente, que esse digno homem não estava no perfeito equilíbrio das faculdades mentais, à vista do modo como dissipara os bens que...

— Isso, não! Isso, não! — interrompeu a boa senhora com energia. — Se ele gastou tão depressa o que recebeu, a culpa não é dele.

— Não?

— Não, senhor. Eu lhe conto como o negócio se passou. O falecido meu tio não era mau homem; mas, quando estava furioso, era capaz de nem tirar o chapéu diante do Santíssimo. Ora, um dia, pouco tempo antes de morrer, descobriu que um escravo lhe roubara um boi; imagine como ficou. A cara era um pimentão; todo ele tremia, a boca escumava; lembro-me como se fosse hoje. Então um homem feio, cabeludo, em mangas de camisa, chegou-se a ele e pediu água. Meu tio (Deus lhe fale

n'alma!) respondeu que fosse beber no rio ou no inferno. O homem olhou para ele, abriu a mão em ar de ameaça e rogou esta praga: “Todo o seu dinheiro não há de durar mais de sete anos e um dia, tão certo como isto ser o signo-salomão!”⁴ E mostrou o signo-salomão tatuado no braço. Foi isto, meu senhor; foi esta praga daquele maldito.

Bacamarte espetara na pobre senhora um par de olhos agudos como punhais. Quando ela acabou, estendeu-lhe a mão polidamente, como se o fizesse à própria esposa do vice-rei, e convidou-a a ir falar com o primo. A mísera acreditou; ele levou-a à Casa Verde e encerrou-a na galeria dos alucinados.⁵

A notícia dessa traição do ilustre Bacamarte lançou o terror na alma da população. Ninguém queria acabar de crer que, sem motivo, sem inimizade, o alienista trancasse na Casa Verde uma senhora perfeitamente ajuizada, que não tinha outro crime senão o de interceder por um infeliz. Comentava-se o caso nas esquinas, nas barbearias; edificou-se um romance: umas finezas namoradas que o alienista teria outrora dirigido à prima do Costa, a indignação do Costa e o desprezo da prima. E daí a vingança. Era claro. Mas a austeridade do alienista, a vida de estudos que ele levava, pareciam desmentir tal hipótese. Histórias! Tudo isso era, naturalmente, a capa do velhaco. E um dos mais crédulos chegou a murmurar que sabia

de outras coisas, não as dizia por não ter certeza plena, mas sabia, quase podia jurar.⁶

— Você, que é íntimo dele, não nos podia dizer o que há, o que houve, que motivo...

Crispim Soares derretia-se todo. Esse interrogar da gente inquieta e curiosa, dos amigos atônitos, era para ele uma consagração pública. Não havia como duvidar: toda a povoação sabia, enfim, que o privado do alienista era ele, Crispim, o boticário, o colaborador do grande homem e das grandes coisas; daí a corrida à botica. Tudo isso dizia o rosto jovial e o riso discreto do boticário — o riso e o silêncio, porque ele não respondia nada; um, dois, três

monossílabos, quando muito, soltos, secos, encapados no fiel sorriso, constante e miúdo, cheio de mistérios científicos que ele não podia, sem desdouro nem perigo, desvendar a pessoa alguma.

— Há coisa — pensavam os mais desconfiados.

Um desses limitou-se a pensá-lo, deu de ombros e foi embora. Tinha negócios pessoais. Acabava de construir uma casa suntuosa. Só a casa bastava para deter e atrair toda a gente; mas havia mais: a mobília, que ele mandara vir da Hungria e da Holanda, segundo contava, e que se podia ver do lado de fora, porque as janelas viviam abertas, e o jardim, que era uma obra-prima de arte

e de gosto. Esse homem, que enriquecera no fabrico de albardas,⁷ tivera sempre o sonho de uma casa magnífica, jardim pomposo, mobília rara. Não deixou o negócio das albardas, mas descansava dele na contemplação da casa nova, a primeira de Itaguaí, mais grandiosa do que a Casa Verde, mais nobre do que a da Câmara. Entre a gente ilustre da povoação havia choro e ranger de dentes quando se pensava, ou se falava, ou se louvava a casa do albardeiro — um simples albardeiro, Deus do céu!

— Lá está ele embasbacado — diziam os transeuntes, de manhã.

De manhã, com efeito, era costume do Mateus estatelar-se no meio do jardim,

com os olhos na casa, enamorado, durante uma longa hora, até que vinham chamá-lo para almoçar. Os vizinhos, embora o cumprimentassem com certo respeito, riam-se por trás dele, que era um gosto. Um deles chegou a dizer que o Mateus seria muito mais econômico, e estaria riquíssimo, se fabricasse as albardas para si mesmo; epigrama ininteligível, mas que fazia rir às gargalhadas.

— Agora lá está o Mateus a ser contemplado — diziam à tarde.

A razão desse outro dito era que, à tarde, quando as famílias saíam a passeio (jantava-se cedo), o Mateus costumava postar-se à janela, bem no centro, vistoso, sobre um fundo escuro,

trajado de branco, em atitude senhoril, e assim ficava duas e três horas, até anoitecer de todo. Pode crer-se que a intenção do Mateus era ser admirado e invejado, posto que ele não a confessasse a ninguém, nem ao boticário, nem ao Padre Lopes, seus grandes amigos. E, entretanto, não foi outra a alegação do boticário quando o alienista lhe disse que o albardeiro talvez padecesse do “amor das pedras”, mania que ele, Bacamarte, descobrira e estudava havia algum tempo. Aquilo de contemplar a casa...

— Não, senhor — acudiu vivamente Crispim Soares.

— Não?

— Há de me perdoar, mas talvez não saiba que ele, de manhã, examina a obra, não a admira; de tarde, são os outros que o admiram a ele e à obra.

E contou o costume do albardeiro, todas as tardes, desde cedo até o cair da noite.

Uma volúpia científica iluminou os olhos de Simão Bacamarte. Ou ele não conhecia todos os costumes do albardeiro, ou nada mais quis, interrogando o Crispim, do que confirmar alguma notícia incerta ou suspeita vaga. A explicação o satisfez; mas, como tinha as alegrias próprias de um sábio, concentradas, o boticário nada viu que fizesse suspeitar uma intenção sinistra. Ao contrário: era de

tarde, e o alienista pediu-lhe o braço para irem passear. Deus! Era a primeira vez que Simão Bacamarte dava ao seu privado tamanha honra; Crispim ficou trêmulo, atarantado, disse que sim, que estava pronto. Chegaram duas ou três pessoas de fora; Crispim mandou-as mentalmente a todos os diabos: não só atrasavam o passeio, como podia acontecer que Bacamarte escolhesse alguma delas para acompanhá-lo, dispensando-o a ele. Que impaciência! Que aflição! Enfim, saíram. O alienista guiou para os lados da casa do albardeiro, viu-o à janela, passou cinco, seis vezes por diante, devagar, parando, examinando as atitudes, a expressão do rosto. O pobre Mateus, mal notou que era objeto da curiosidade ou admiração

do primeiro vulto de Itaguaí, redobrou de expressão, deu outro relevo às atitudes... Triste! Triste! Não fez mais do que condenar-se; no dia seguinte, foi recolhido à Casa Verde.⁸

— A Casa Verde é um cárcere privado
— disse um médico sem clientela.

Nunca uma opinião pegou e se espalhou tão rapidamente. Cárcere privado: eis o que se repetia de norte a sul e de leste a oeste de Itaguaí — com medo, é verdade, porque, durante a semana que se seguiu à captura do pobre Mateus, vinte e tantas pessoas — duas ou três de consideração — foram recolhidas à Casa Verde. O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos, mas pouca gente lhe dava

crédito. Sucediam-se as versões populares: vingança, cobiça de dinheiro, castigo de Deus, monomania do próprio médico, plano secreto do Rio de Janeiro com o fim de destruir em Itaguaí qualquer germe de prosperidade que viesse a brotar, crescer, florir, com desdouro e míngua daquela cidade, mil outras explicações que não explicavam nada — tal era o produto diário da imaginação pública.⁹

Nisto, chegou do Rio de Janeiro a esposa do alienista, com a tia, a mulher do Crispim Soares e toda a comitiva — ou quase toda — que algumas semanas antes partira de Itaguaí. O alienista foi recebê-la, com o boticário, o Padre Lopes, os vereadores e vários outros

magistrados. O momento em que D. Evarista pôs os olhos na pessoa do marido é considerado pelos cronistas do tempo um dos mais sublimes da história moral dos homens, e isto pelo contraste das duas naturezas, ambas extremas, ambas egrégias. D. Evarista soltou um grito, balbuciou uma palavra e atirou-se ao consorte, num gesto que não se pode definir melhor do que comparando-o a uma mistura de onça e rola. Não assim o ilustre Bacamarte; frio como um diagnóstico, sem desengonçar por um instante a rigidez científica, estendeu os braços à dama, que caiu neles e desmaiou. Curto incidente; ao fim de dois minutos, D. Evarista recebia os cumprimentos dos amigos, e o cortejo se punha em marcha.

D. Evarista era a esperança de Itaguaí; contava-se com ela para minorar o flagelo da Casa Verde. Daí as aclamações públicas, a imensa gente que enchia as ruas, as bandeirolas, as flores e os damascos às janelas. Com o braço apoiado no do Padre Lopes — porque o eminente marido confiara a mulher ao vigário e acompanhava-os a passo meditativo —, D. Evarista voltava a cabeça a um lado e outro, curiosa, inquieta, petulante. O vigário perguntava pelo Rio de Janeiro, que não via desde o vice-reinado anterior; e D. Evarista respondia, entusiasmada, que era a coisa mais bela que podia haver no mundo. O Passeio Público estava acabado, um paraíso onde ela fora muitas vezes; e a rua das Belas Noites, o

chafariz das Marrecas...¹⁰ Ah! O chafariz das Marrecas! Eram mesmo marrecas — feitas de metal e despejando água pela boca. Uma coisa galantíssima. O vigário dizia que sim, que o Rio de Janeiro devia estar agora muito mais bonito. Se já o era noutro tempo! Não admira: maior do que Itaguaí, e ainda por cima sede do governo... Mas não se podia dizer que Itaguaí fosse feia; tinha belas casas, a casa do Mateus, a Casa Verde...

— A propósito de Casa Verde — disse o Padre Lopes, escorregando habilmente para o assunto da ocasião — , a senhora vai achá-la muito cheia de gente.

— Sim?

— É verdade. Lá está o Mateus...

— O albardeiro?

— O albardeiro; está o Costa, a prima do Costa, e Fulano, e Sicrano, e...

— Tudo isso louco?

— Ou quase louco — atalhou o padre.

— Mas então?

O vigário descaiu os cantos da boca, à maneira de quem não sabe nada ou não quer dizer tudo; resposta vaga, que não se pode repetir a outra pessoa, por falta de texto. D. Evarista achou realmente extraordinário que toda aquela gente tivesse enlouquecido; um ou outro, vá; mas todos? Entretanto, custava-lhe duvidar; o marido era um sábio, não recolheria ninguém à Casa Verde sem prova evidente de loucura.

— Sem dúvida... sem dúvida... — ia pontuando o vigário.

Três horas depois, cerca de cinquenta convidados sentavam-se à mesa de Simão Bacamarte; era o jantar de boas-vindas. D. Evarista foi o assunto obrigatório dos brindes, discursos, versos de toda espécie, metáforas, amplificações, apólogos. Ela era a esposa do novo Hipócrates, a musa da ciência, anjo, divina, aurora, caridade, vida, consolação; trazia nos olhos duas estrelas, segundo a versão modesta de Crispim Soares, e dois sóis, no conceito de um vereador. O alienista ouvia essas coisas um tanto enfastiado, mas sem visível impaciência. Quando muito, dizia ao ouvido da mulher que a retórica

permitia tais arroubos sem significação. D. Evarista fazia esforços para aderir a essa opinião do marido; mas, ainda descontando três quartas partes dos louvores, ficava muito com que encher a alma. Um dos oradores, por exemplo, Martim Brito, rapaz de vinte e cinco anos, janota acabado, curtido de namoros e aventuras, declamou um discurso em que o nascimento de D. Evarista era explicado pelo mais singular dos desafios. “Deus”, disse ele, “depois de dar o universo ao homem e à mulher, esse diamante e essa pérola da coroa divina” (e o orador arrastava triunfalmente esta frase de uma ponta a outra da mesa), “Deus quis vencer a Deus, e criou D. Evarista.”¹¹

D. Evarista baixou os olhos com exemplar modéstia. Duas senhoras, achando a cortesia excessiva e audaciosa, interrogaram os olhos do dono da casa; e, na verdade, o gesto do alienista pareceu-lhes nublado de suspeitas, de ameaças e, provavelmente, de sangue. O atrevimento foi grande, pensaram as duas damas. E uma e outra pediam a Deus que removesse qualquer episódio trágico — ou que o adiasse ao menos para o dia seguinte. Sim, que o adiasse. Uma delas, a mais piedosa, chegou a admitir consigo mesma que D. Evarista não merecia nenhuma desconfiança, tão longe estava de ser atraente ou bonita. Uma simples água morna. Verdade é que, se todos os gostos

fossem iguais, o que seria do amarelo? Esta ideia fê-la tremer outra vez, embora menos; menos, porque o alienista sorria agora para o Martim Brito e, quando todos se levantaram, foi ter com ele e falou-lhe do discurso. Não lhe negou que era um improviso brilhante, cheio de rasgos magníficos. Seria dele mesmo a ideia relativa ao nascimento de D. Evarista, ou a teria encontrado em algum autor que...? Não, senhor; era dele mesmo; achou-a naquela ocasião, e parecera-lhe adequada a um arroubo oratório. De resto, suas ideias eram antes arrojadas do que ternas ou jocosas. Dava para o épico. Uma vez, por exemplo, compôs uma ode à queda do Marquês de Pombal, em que dizia que esse ministro

era o “dragão aspérrimo do Nada”, esmagado pelas “garras vingadoras do Todo”;¹² e assim outras mais ou menos fora do comum; gostava das ideias sublimes e raras, das imagens grandes e nobres...

“Pobre moço!”, pensou o alienista. E continuou consigo: “Trata-se de um caso de lesão cerebral: fenômeno sem gravidade, mas digno de estudo...”.

D. Evarista ficou estupefata quando soube, três dias depois, que o Martim Brito fora alojado na Casa Verde. Um moço que tinha ideias tão bonitas! As duas senhoras atribuíram o ato a ciúmes do alienista. Não podia ser outra coisa; realmente, a declaração do moço fora audaciosa demais.

Ciúmes? Mas como explicar que, logo em seguida, fossem recolhidos José Borges do Couto Leme, pessoa estimável, o Chico das Cambraias, folgazão emérito, o escrivão Fabrício e ainda outros? O terror acentuou-se. Não se sabia mais quem estava são, nem quem estava louco. As mulheres, quando os maridos saíam, mandavam acender uma lamparina a Nossa Senhora; e nem todos os maridos eram valentes: alguns não saíam de casa sem um ou dois capangas. Positivamente, o terror. Quem podia, emigrava. Um desses fugitivos chegou a ser preso a duzentos passos da vila. Era um rapaz de trinta anos, amável, conversador, polido, tão polido que não cumprimentava ninguém sem tirar o

chapéu até o chão; na rua, acontecia-lhe correr uma distância de dez a vinte braças para ir apertar a mão de um homem grave, de uma senhora, às vezes de um menino, como aconteceu com o filho do juiz de fora. Tinha a vocação das cortesias. De resto, devia as boas relações da sociedade não só aos dotes pessoais, que eram raros, como à nobre tenacidade com que nunca desanimava diante de uma, duas, quatro, seis recusas ou caras feias. O que acontecia era que, uma vez entrado numa casa, não a deixava mais, nem os da casa o deixavam a ele, tão gracioso era o Gil Bernardes. Pois o Gil Bernardes, apesar de se saber estimado, teve medo quando lhe disseram, um dia, que o alienista o trazia de olho; na madrugada

seguinte fugiu da vila, mas foi logo apanhado e conduzido à Casa Verde.¹³

- Devemos acabar com isto!
- Não pode continuar!
- Abaixo a tirania!
- Déspota! Violento! Golias!

Não eram gritos na rua, eram suspiros em casa, mas não tardava a hora dos gritos. O terror crescia; avizinhava-se a rebelião. A ideia de uma petição ao governo, para que Simão Bacamarte fosse capturado e deportado, andou por algumas cabeças antes que o barbeiro Porfírio a expusesse na loja, com grandes gestos de indignação. Note-se — e essa é uma das páginas mais puras desta sombria história — note-se que o Porfírio, desde que a Casa Verde

começara a povoar-se tão extraordinariamente, vira crescerem os seus lucros pela aplicação assídua de sanguessugas que dali lhe pediam;¹⁴ mas o interesse particular, dizia ele, deve ceder ao interesse público. E acrescentava:

— É preciso derrubar o tirano!

Note-se ainda que ele soltou esse grito justamente no dia em que Simão Bacamarte fizera recolher à Casa Verde um homem que movia contra ele uma ação judicial, o Coelho.

— Não me dirão em que é que o Coelho é louco? — bradava o Porfírio.

E ninguém lhe respondia; todos repetiam que era um homem perfeitamente ajuizado. A própria

demanda que ele movia contra o barbeiro, acerca de uns terrenos da vila, nascia da obscuridade de um documento, não de cobiça ou ódio. Um excelente caráter, o Coelho. Os únicos desafetos que tinha eram alguns sujeitos que, dizendo-se calados ou alegando pressa, mal o viam de longe dobravam as esquinas, entravam nas lojas, etc. Na verdade, ele amava a boa conversa, a conversa comprida, saboreada a goles largos, e assim é que nunca estava só, preferindo os que sabiam dizer duas palavras, mas não desdenhando os outros. O Padre Lopes, que cultivava o Dante e era inimigo do Coelho, nunca o via desligar-se de alguém sem declamar, emendando, este trecho:

*La bocca sollevò dal fero pasto
quel “seccatore”¹⁵*

mas uns sabiam do ódio do padre, e outros pensavam que aquilo era uma oração em latim.

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

- 1 **D. João V.** Rei de Portugal de 1706 a 1750, o “Magnânimo”, cujo reinado coincidiu com o ouro das Minas. A menção ancora a cronologia do conto em pleno século XVIII.
- 2 **O caso Costa: liberalidade ou prodigalidade?** O caso é escolhido a dedo por Machado, porque é *realmente* discutível — e é nisso que está a armadilha. Santo Tomás distingue: a liberalidade é a virtude de dar bem, no meio-termo entre a avareza e a prodigalidade; o pródigo peca

por excesso, embora — nota o Aquinate — peque *menos* que o avarento, porque seu excesso ao menos aproveita aos outros (II-II, q. 119). Costa está no limite: dissipa a herança, mas por bondade, sem vício de gula ou jogo, e o narrador sublinha os seus traços de honra. Um moralista prudente veria nele um virtuoso imprudente, talvez um pródigo; jamais um demente. O passo decisivo — e ilegítimo — de Bacamarte é converter uma *avaliação moral* (gastou mal) num *diagnóstico clínico* (é louco). A fronteira entre o vício e a doença é exatamente o que o cientificismo apaga: onde tudo é patologia, nada é virtude nem pecado, e o médico herda o trono do juiz e do confessor.

3 As versões dos acessos. Ninguém viu acesso nenhum — mas todos os descrevem, furiosos ou mansos “conforme as versões”. Machado repete o mecanismo

da matraca (cap. IV): o boato cria os fatos de que precisa. A vila que aceita intonações arbitrárias é a mesma que fabrica sintomas para justificá-las: o poder abusivo e a credulidade pública são cúmplices.

4 O signo-salomão. A “praga” com o selo de Salomão (estrela de seis pontas, usada como amuleto popular) é superstição — e a prima do Costa a relata com fé sincera. Aqui é preciso dar o devido a cada um: a senhora erra ao explicar a ruína do primo por uma maldição tatuada (a fé católica reprova a superstição tanto quanto a incredulidade: II-II, q. 92 ss.); mas o seu erro é inocente, materialmente falso e formalmente caridoso — ela quer salvar a honra do primo. Bacamarte comete o erro simetricamente oposto e muito pior: usa a credulidade dela como prova de insânia. Se toda crença errônea fosse loucura, a

humanidade inteira caberia na Casa Verde — que é, precisamente, aonde a lógica do médico vai chegar.

5 A internação da prima. Momento em que a arbitrariedade se torna abertamente iníqua: uma mulher é privada da liberdade *por interceder por um parente*. Sem acusação, sem defesa, sem juiz: o diagnóstico substituiu o processo. A lei natural exige que ninguém seja punido sem culpa provada e sem defesa ouvida; o conto mostra o que acontece quando um saber técnico se exime dessas garantias alegando que “não pune, trata”. Punição que se chama tratamento é punição sem apelação.

6 “Sabia, quase podia jurar.” Machado anatomiza a maledicência: o crédulo que “sabe de outras coisas” e não as diz é o tipo eterno do difamador prudente, que insinua sem afirmar para caluniar sem

risco. A murmuração, ensina a tradição, rouba o bem mais precioso depois da graça: a fama do próximo (II-II, q. 73).

7 **Albardas.** Selas grosseiras para animais de carga. Mateus é o “novo rico” da vila: enriqueceu num ofício humilde e converteu a fortuna em ostentação. A sua vaidade é real — mas vaidade é vício capital, não demência; e a inveja dos “ilustres” contra o albardeiro próspero (“choro e ranger de dentes”, expressão evangélica usada em chave cômica) é vício igual e menos confessado. Machado distribui a fraqueza moral por toda a vila; Bacamarte interna um e janta com os outros.

8 **“Não fez mais do que condenar-se.”** Frase terrível: sob a vigilância do alienista, *ser observado já é ser culpado*. Mateus posa porque o notam; a pose vira sintoma; o sintoma, internação. É a lógica de todo

inquisidor ideológico: o comportamento examinado nunca pode provar inocência, porque a própria teoria decide antecipadamente o que conta como prova. Compare-se com o método científico honesto, que busca o fato capaz de *refutar* a hipótese: Bacamarte só colhe confirmações — a sua ciência é, no sentido estrito, irrefutável, e por isso mesmo não é ciência.

9 As “explicações que não explicavam nada”. O rol de hipóteses populares (vingança, cobiça, castigo de Deus, conspiração da capital) satiriza a imaginação conspiratória — mas note-se a fineza: o povo erra nas explicações e acerta no essencial, pois a Casa Verde é de fato um cárcere arbitrário. O senso comum pode ser tosco na teoria e certo no juízo prático. Inversamente, Bacamarte é refinado na teoria e cego no juízo. Entre

os dois, Machado não deixa herói — mas a lição objetiva fica: mais vale o instinto reto do que a teoria desnorteada.

10 Passeio Público, chafariz das Marrecas.

Marcos reais do Rio de Janeiro setecentista, obra do Mestre Valentim (o Passeio Público foi concluído em 1783). O deslumbramento de D. Evarista com marrecas de metal que cospem água mede o horizonte espiritual da personagem — e do meio que a aplaude.

11 “Deus quis vencer a Deus, e criou D. Evarista.” A galanteria de Martim Brito é, a rigor, uma blasfêmia de salão: Deus não se vence a si mesmo, nem a criatura excede o Criador. Machado ri do gongorismo tardio dos bacharéis — a retórica vazia que confunde enormidade com sublimidade. E o alienista, pela única vez, faz um diagnóstico quase simpático ao leitor... por motivos errados: interna o moço não

pela adulação blasfema (que é vício), mas pela “lesão cerebral” (que não existe). Errar o motivo acertando o alvo também é errar.

12 Marquês de Pombal. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699–1782), ministro todo-poderoso de D. José I, expulsor dos jesuítas, déspota “esclarecido” — figura-chave do iluminismo regalista português, cuja queda em 1777 foi celebrada por muitos. A ode de Martim Brito (“dragão aspérrimo do Nada”) é ruim de propósito; mas o alfinete histórico é saboroso: o século que produziu Pombal — o Estado engolindo a Igreja em nome das luzes — é o mesmo que produz Bacamarte: a ciência engolindo a alma em nome das luzes. Machado situou bem a sua fábula.

13 Gil Bernardes. O homem cortês internado pela cortesia: a série é agora explícita — generosidade (Costa), piedade familiar (a prima), vaidade inofensiva (Mateus),

retórica (Martim Brito), amabilidade (Gil Bernardes). O leitor percebe que o critério de internação já não distingue vícios e virtudes: colhe qualquer traço *saliente*. A teoria do “perfeito equilíbrio” (cap. IV, nota 7) revela sua consequência prática: quem é alguma coisa — bom ou mau — é candidato ao manicômio; só a mediocridade absoluta estaria a salvo, se existisse.

14 As sanguessugas do Porfírio. Os barbeiros coloniais praticavam sangrias e aplicavam sanguessugas — daí o lucro do Porfírio com a Casa Verde cheia. A ironia do narrador (“uma das páginas mais puras desta sombria história”) é ácida: o tribuno do povo lucra com a tirania que denuncia, e a sua indignação nasce no dia em que o internado é seu adversário judicial. Machado ensina a ler os libertadores: a causa pode ser justa e o líder, interesseiro — o que não absolve a tirania, mas adverte

contra o salvador que a combate por despeito. Discernir o motivo não dispensa julgar a causa; julgar a causa não dispensa vigiar o motivo.

15 “La bocca sollevò dal fero pasto”.

Primeiro verso do canto XXXIII do *Inferno* de Dante: o conde Ugolino ergue a boca “do feroz pasto” — a cabeça do arcebispo que rói eternamente. O Padre Lopes troca o final do verso para chamar o Coelho de *seccatore* (“maçante”, “chato”). A piada erudita caracteriza o vigário: sabe Dante de cor e usa-o para maldizer do próximo. Um padre que emprega a *Divina Comédia* como munição de mexerico é o retrato acabado do clero mundano que Machado conheceu — e que nenhum católico tem obrigação de defender; a santidade do ofício não sana a pequenez do oficiante, e denunciá-la é serviço à Igreja, não ofensa.

A rebelião

Cerca de trinta pessoas ligaram-se ao barbeiro, redigiram uma representação e levaram-na à Câmara. A Câmara recusou-se a aceitá-la, declarando que a Casa Verde era uma instituição pública e que a ciência não podia ser emendada por votação administrativa, menos ainda por movimentos de rua.¹

— Voltai ao trabalho — concluiu o presidente —, é o conselho que vos damos.

A irritação dos agitadores foi enorme. O barbeiro declarou que iam dali levantar a bandeira da rebelião e

destruir a Casa Verde; que Itaguaí não podia continuar a servir de cadáver aos estudos e experiências de um déspota; que muitas pessoas estimáveis, algumas distintas, outras humildes mas dignas de apreço, jaziam nos cubículos da Casa Verde; que o despotismo científico do alienista se complicava com o espírito de ganância, visto que os loucos, ou supostos loucos, não eram tratados de graça: as famílias, e na falta delas a Câmara, pagavam ao alienista...

— É falso! — interrompeu o presidente.

— Falso?

— Há cerca de duas semanas recebemos um ofício do ilustre médico em que nos declara que, tratando de

fazer experiências de alto valor psicológico, desiste do estipêndio votado pela Câmara, e nada receberá tampouco das famílias dos enfermos.²

A notícia desse ato tão nobre, tão puro, suspendeu um pouco o ânimo dos rebeldes. Seguramente o alienista podia estar em erro, mas nenhum interesse alheio à ciência o instigava; e, para demonstrar o erro, era preciso algo mais do que arruaças e clamores. Isto disse o presidente, com aplauso de toda a Câmara. O barbeiro, depois de alguns instantes de concentração, declarou que estava investido de um mandato público e não restituiria a paz a Itaguaí antes de ver por terra a Casa Verde — “essa Bastilha da razão humana” —,

expressão que ouvira de um poeta local e que repetiu com muita ênfase.³ Disse, e, a um sinal, todos saíram com ele.

Imagine-se a situação dos vereadores; urgia obstar ao ajuntamento, à rebelião, à luta, ao sangue. Para aumentar o mal, um dos vereadores que haviam apoiado o presidente, ouvindo agora a denominação dada pelo barbeiro à Casa Verde — “Bastilha da razão humana” —, achou-a tão elegante que mudou de parecer. Disse que entendia de bom aviso decretar alguma medida que reduzisse a Casa Verde; e, porque o presidente, indignado, manifestasse em termos enérgicos o seu pasmo, o vereador fez esta reflexão:

— Nada tenho a ver com a ciência; mas, se tantos homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?⁴

Sebastião Freitas, o vereador dissidente, tinha o dom da palavra e falou ainda por algum tempo, com prudência, mas com firmeza. Os colegas estavam atônitos; o presidente pediu-lhe que, ao menos, desse o exemplo da ordem e do respeito à lei, não expondo as suas ideias na rua, para não dar corpo e alma à rebelião, que era por ora um turbilhão de átomos dispersos. Esta figura de linguagem corrigiu um pouco o efeito da outra: Sebastião Freitas prometeu suspender qualquer ação,

reservando-se o direito de pedir pelos meios legais a redução da Casa Verde. E repetia consigo, enamorado: “Bastilha da razão humana!”.

Entretanto, a agitação crescia. Já não eram trinta, mas trezentas pessoas que acompanhavam o barbeiro, cuja alcunha familiar deve ser mencionada, porque ela deu nome à revolta: chamavam-lhe o Canjica — e o movimento ficou célebre com o nome de Revolta dos Canjicas.⁵ A ação podia ser restrita — visto que muita gente, ou por medo, ou por hábitos de educação, não descia à rua —, mas o sentimento era unânime, ou quase unânime, e os trezentos que caminhavam para a Casa Verde — dada a diferença de Paris a Itaguaí — podiam

ser comparados aos que tomaram a Bastilha.

D. Evarista teve notícia da rebelião antes que ela chegasse; veio dar-lha uma de suas crias.⁶ Ela provava, nessa ocasião, um vestido de seda — um dos trinta e sete que trouxera do Rio de Janeiro — e não quis acreditar.

— Há de ser alguma farra — dizia ela, mudando a posição de um alfinete. — Benedita, vê se a barra está boa.

— Está, sinhá — respondia a mucama, de cócoras no chão —, está boa. Sinhá vira um bocadinho. Assim. Está muito boa.

— Não é farra, não, senhora; eles estão gritando: “Morra o Dr. Bacamarte! O tirano!” — dizia o moleque, assustado.

— Cala a boca, tolo! Benedita, olha aí do lado esquerdo; não parece que a costura está um pouco enviesada? A risca azul não segue até embaixo; está muito feio assim; é preciso descoser para ficar igualzinho, e...

— Morra o Dr. Bacamarte! Morra o tirano! — uivaram fora trezentas vozes.

Era a rebelião que desembocava na rua Nova.⁷

D. Evarista ficou sem pinga de sangue. No primeiro instante não deu um passo, não fez um gesto; o terror petrificou-a. A mucama correu instintivamente para a porta dos fundos. Quanto ao moleque, a quem D. Evarista não dera crédito, teve um instante de triunfo, um certo movimento súbito, imperceptível,

entranhado, de satisfação moral, ao ver que a realidade vinha jurar por ele.

— Morra o alienista! — bradavam as vozes, mais perto.

D. Evarista, se não resistia facilmente às comoções de prazer, sabia enfrentar os momentos de perigo. Não desmaiou; correu à sala interior onde o marido estudava. Quando ela ali entrou, precipitada, o ilustre médico examinava um texto de Averróis;⁸ os olhos dele, embaçados pela cogitação, subiam do livro ao teto e desciam do teto ao livro, cegos para a realidade exterior, videntes para os profundos trabalhos mentais. D. Evarista chamou pelo marido duas vezes, sem que ele lhe desse atenção; à terceira, ele ouviu e

perguntou-lhe o que tinha, se estava doente.

— Você não ouve estes gritos? — perguntou a digna esposa, em lágrimas.

O alienista então atendeu; os gritos aproximavam-se, terríveis, ameaçadores; ele compreendeu tudo. Levantou-se da cadeira de espaldar em que estava sentado, fechou o livro e, a passo firme e tranquilo, foi depositá-lo na estante. Como a introdução do volume desalinhasse um pouco a fila dos dois tomos contíguos, Simão Bacamarte cuidou de corrigir esse defeito mínimo e, aliás, interessante. Depois disse à mulher que se recolhesse, que não fizesse nada.⁹

— Não, não — implorava a digna senhora —, quero morrer ao lado de você...

Simão Bacamarte insistiu que não, que não era caso de morte; e, ainda que o fosse, ordenava-lhe, em nome da vida, que ficasse. A infeliz dama curvou a cabeça, obediente e chorosa.

— Abaixo a Casa Verde! — bradavam os Canjicas.

O alienista caminhou para a varanda da frente e chegou ali no momento em que a rebelião também chegava e parava, defronte, com as suas trezentas cabeças rutilantes de civismo e sombrias de desespero.

— Morra! Morra! — bradaram de todos os lados, mal o vulto do alienista assomou na varanda.

Simão Bacamarte fez um sinal pedindo para falar; os revoltosos cobriram-lhe a voz com brados de indignação. Então o barbeiro, agitando o chapéu a fim de impor silêncio à turba, conseguiu aquietar os amigos e declarou ao alienista que podia falar, mas acrescentou que não abusasse da paciência do povo, como fizera até então.

— Direi pouco, ou até não direi nada, se for preciso. Desejo saber, primeiro, o que pedis.

— Não pedimos nada — replicou fremente o barbeiro —; ordenamos que

a Casa Verde seja demolida, ou pelo menos esvaziada dos infelizes que lá estão.

— Não entendo.

— Entendeis muito bem, tirano; queremos dar liberdade às vítimas do vosso ódio, capricho, ganância...

O alienista sorriu, mas o sorriso desse grande homem não era coisa visível aos olhos da multidão; era uma contração leve de dois ou três músculos, nada mais. Sorriu e respondeu:

— Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou satisfação dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus. Se quereis emendar a administração da Casa Verde, estou

pronto a ouvir-vos; mas, se exigis que eu me negue a mim mesmo, não ganhareis nada. Poderia convidar alguns de vós, em comissão dos outros, a vir ver comigo os loucos reclusos; mas não o faço, porque seria dar-vos satisfação do meu sistema, o que não farei a leigos nem a rebeldes.¹⁰

Disse isto o alienista, e a multidão ficou atônita; era claro que não esperava tanta energia, e menos ainda tamanha serenidade. Mas o assombro cresceu de ponto quando o alienista, cumprimentando a multidão com muita gravidade, deu-lhe as costas e retirou-se lentamente para dentro. O barbeiro logo tornou a si e, agitando o chapéu, convidou os amigos à demolição da

Casa Verde; poucas vozes, e frouxas, lhe responderam. Foi nesse momento decisivo que o barbeiro sentiu despontar em si a ambição do governo; pareceu-lhe então que, demolindo a Casa Verde e derrubando a influência do alienista, chegaria a apoderar-se da Câmara, dominar as demais autoridades e constituir-se senhor de Itaguaí. Havia alguns anos que ele se esforçava por ver o seu nome incluído nas listas para o sorteio dos vereadores, mas era recusado, por não ter uma posição compatível com tão grande cargo. A ocasião era agora ou nunca. Demais, fora tão longe na arruaça, que a derrota seria a prisão, ou talvez a forca, ou o degredo. Infelizmente, a resposta do alienista diminuía o furor dos

seguidores. O barbeiro, mal o percebeu, sentiu um impulso de indignação e quis bradar-lhes: “Canalhas! Covardes!”; mas conteve-se e rompeu deste modo:¹¹

— Meus amigos, lutemos até o fim! A salvação de Itaguaí está nas vossas mãos dignas e heroicas. Destruamos o cárcere de vossos filhos e pais, de vossas mães e irmãs, de vossos parentes e amigos, e de vós mesmos. Ou morrereis a pão e água, talvez a chicote, na masmorra daquele indigno.

A multidão agitou-se, murmurou, bradou, ameaçou, congregou-se toda em redor do barbeiro. Era a revolta que voltava a si da ligeira síncope e ameaçava arrasar a Casa Verde.

— Vamos! — bradou Porfírio, agitando o chapéu.

— Vamos! — repetiram todos.

Deteve-os um incidente: era um corpo de dragões¹² que, em marcha acelerada, entrava na rua Nova.

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

1 “A ciência não pode ser emendada por votação.” A Câmara enuncia um princípio verdadeiro — a verdade não se decide por maioria; dois e dois são quatro ainda que a assembleia vote cinco — mas o aplica a um caso que não é de ciência, e sim de liberdade das pessoas. Distinga-se: as teses de Bacamarte não competem à Câmara; as *internações* que ele pratica, sim, porque privam cidadãos de liberdade — matéria de justiça, não de laboratório. O sofisma do

presidente é o mesmo do alienista: cobrir com o manto da “ciência” atos que são de poder. Sempre que uma autoridade responde a uma queixa de justiça com um argumento de competência técnica, o leitor de Machado já sabe onde procurar o erro.

2 A renúncia ao estipêndio. Golpe de mestre do enredo: Bacamarte abre mão do dinheiro, e com isso desarma a acusação de ganância. Machado quer o vilão *quimicamente puro*: não é a cobiça que move o alienista, é a ideia. E é precisamente por isso que ele é mais perigoso que um velhaco comum: o corrupto tem um preço e um limite; o ideólogo sincero não tem nenhum dos dois. Os maiores flagelos não vêm dos que amam o mal, mas dos que amam desordenadamente um bem — no caso, a ciência — e lhe sacrificam todos os outros.

3 **“Bastilha da razão humana.”** A referência à fortaleza-prisão de Paris, tomada em 14 de julho de 1789, explicita o pano de fundo: a Revolução Francesa. Note-se a ironia fina: a retórica revolucionária denuncia como “Bastilha” uma instituição criada *em nome da razão iluminista* — a revolução devora a sua própria mitologia. E note-se ainda: o vereador Freitas muda de posição política por causa da *elegância da frase*. Machado expõe o nervo da política de retórica: convicções ao sabor das palavras bonitas. O homem que se deixa governar por slogans já entregou a razão — seja o slogan “ciência”, seja “liberdade”.

4 **“Quem nos afirma que o alienado não é o alienista?”** A pergunta de Sebastião Freitas é o eixo filosófico do conto, e merece resposta séria, porque Machado a deixa em aberto de propósito. Se o critério da sanidade fosse a mera convenção

social, a pergunta seria irrespondível: o poder decidiria quem é louco, e pronto. Mas o realismo responde: há um critério que não depende nem do alienista nem da maioria — a adequação da inteligência ao real e a ordenação dos atos ao fim devido. Bacamarte pode ser julgado (e condenado) não porque a multidão o deteste, mas porque a sua teoria contradiz a evidência e a sua prática viola a justiça. O ceticismo tira dessa pergunta a conclusão de que ninguém pode julgar ninguém; a filosofia perene tira a conclusão oposta: julgue-se a todos — inclusive o médico — pela mesma régua objetiva. A diferença entre as duas respostas é toda a diferença entre o riso desencantado e a sabedoria.

5 Canjica. Alcinha popular (o prato de milho branco cozido) que rebaixa comicamente a revolta: a “queda da Bastilha” de Itaguaí chama-se Revolta dos Canjicas. O

contraste entre a grandiloquência (“dada a diferença de Paris a Itaguaí”) e o apelido culinário é o método machadiano em miniatura: a história universal repetida como farsa de província — o que talvez insinue que também em Paris a tragédia tinha o seu tanto de farsa.

- 6 **“Uma de suas crias.”** Cria era a criança escrava nascida e criada na casa dos senhores. A cena que segue — Benedita de cócoras ajustando a barra do vestido, o moleque trazendo notícias e levando um “cala a boca, tolo!” — é um dos retratos mais impiedosos da escravidão doméstica em toda a literatura brasileira, precisamente porque não há nele nenhuma violência espetacular: apenas a invisibilidade cotidiana de seres humanos reduzidos a utilidades. A doutrina cristã, desde São Paulo, minou o escravismo ao proclamar a igual dignidade de escravo e

senhor diante de Deus (Gl 3, 28); papas condenaram repetidamente o tráfico (Gregório XVI, *In Supremo*, 1839). A sociedade brasileira que se dizia católica e mantinha Beneditas de cócoras vivia em contradição com a fé que professava — e Machado, sem um só adjetivo indignado, fá-la comparecer ao tribunal da posteridade.

7 A prova do vestido durante o motim.

Trezentas vozes pedem a morte do seu marido, e D. Evarista discute a risca azul da costura. A cena é cômica e é grave: a futilidade como anestesia da alma. Enquanto a vaidade examina barras de vestido, a realidade grita na rua — símbolo de toda consciência entretida que não quer ouvir.

8 Averróis. Filósofo e médico árabe de Córdoba (1126–1198), o grande comentador de Aristóteles. O detalhe é saboroso para

um leitor tomista: Santo Tomás combateu vigorosamente o averroísmo latino — a doutrina que, entre outras coisas, separava a “verdade da filosofia” da “verdade da fé”, como se pudessem contradizer-se impunemente (a chamada “dupla verdade”). Bacamarte, leitor de Averróis, é herdeiro dessa cisão: a sua “ciência” habita um plano onde a moral e a fé não entram. Machado talvez não calculasse toda a ressonância; ela está lá, e é perfeita.

9 O livro alinhado na estante. Diante da turba que pede sua morte, Bacamarte fecha Averróis, guarda-o e *alinha* os tomos vizinhos. O gesto mínimo vale um tratado: imperturbabilidade absoluta — que o estoico chamaria virtude e que aqui é sintoma. A coragem verdadeira, ensina Santo Tomás, é o meio-termo que enfrenta o perigo *sentindo-o* (II-II, q. 123);

a ausência total de temor diante da morte, sem causa proporcionada, não é fortaleza: é insensibilidade — mais um indício de que o médico já não habita o mundo comum dos homens.

10 “Não dou satisfação... salvo aos mestres e a Deus.” A resposta é magnífica de dignidade — e tirânica de conteúdo. Bacamarte reivindica a irresponsabilidade perante os homens: só a corporação (“os mestres”) e Deus o julgam. Ora, quem priva cidadãos de liberdade responde à justiça humana, queira ou não. A invocação de Deus por quem não lhe presta culto algum é o toque final: o Absoluto como blindagem retórica do arbítrio. Toda tecnocracia repete essa fórmula — “não dou satisfação a leigos” — e toda sociedade livre deve recusá-la: em matéria de direitos, não há leigos.

11 A ambição do barbeiro. No instante em que a revolta fraqueja, Porfírio descobre em si a vocação de governar — e a revolta muda de natureza sem mudar de bandeira: era (na boca) pela liberdade dos presos; passa a ser (no coração) pelo poder do tribuno. Machado fotografa o momento exato em que uma causa justa é sequestrada pelo caudilho. A lição é antiga: a justiça de uma causa não santifica os seus chefes, e a revolução que derruba o tirano costuma estar grávida de outro.

12 Dragões. Soldados de cavalaria; na colônia, tropas regulares a serviço da Coroa. Sua entrada em cena prepara o vaudeville político do capítulo seguinte.

O inesperado

Chegados os dragões em frente aos Canjicas, houve um instante de estupefação. Os Canjicas não queriam crer que a força pública fosse mandada contra eles; mas o barbeiro compreendeu tudo e esperou. Os dragões pararam, o capitão intimou a multidão a dispersar-se; mas, conquanto uma parte dela estivesse inclinada a isso, a outra parte apoiou fortemente o barbeiro, cuja resposta consistiu nestes termos elevados:

— Não nos dispersaremos. Se quereis os nossos cadáveres, podeis tomá-los; mas só os cadáveres; não levareis a

nossa honra, o nosso crédito, os nossos direitos, e com eles a salvação de Itaguaí.

Nada mais imprudente do que essa resposta do barbeiro; e nada mais natural. Era a vertigem das grandes crises. Talvez fosse também um excesso de confiança em que os dragões se absteriam das armas; confiança que o capitão dissipou logo, mandando carregar sobre os Canjicas. O momento foi indescritível. A multidão urrou, furiosa; alguns, trepando às janelas das casas ou correndo pela rua afora, conseguiram escapar; mas a maioria ficou, bufando de cólera, indignada, animada pela exortação do barbeiro. A derrota dos Canjicas estava iminente,

quando um terço dos dragões — qualquer que fosse o motivo, as crônicas não o declaram — passou subitamente para o lado da rebelião.¹ Esse inesperado reforço deu alma aos Canjicas, ao mesmo tempo que lançou o desânimo às fileiras da legalidade. Os soldados fiéis não tiveram coragem de atacar os próprios camaradas e, um a um, foram passando para eles, de modo que, ao fim de alguns minutos, o aspecto das coisas era totalmente outro. O capitão estava de um lado, com alguma gente, contra uma massa compacta que o ameaçava de morte. Não teve remédio: declarou-se vencido e entregou a espada ao barbeiro.

A revolução triunfante não perdeu um só minuto; recolheu os feridos às casas próximas e guiou para a Câmara. Povo e tropa fraternizavam, davam vivas ao rei, ao vice-rei, a Itaguaí, ao “ilustre Porfírio”. Este ia na frente, empunhando a espada tão destramente como se ela fosse apenas uma navalha um pouco mais comprida.² A vitória cingia-lhe a fronte de um nimbo misterioso. A dignidade de governo começava a enrijecer-lhe os quadris.

Os vereadores, às janelas, vendo a multidão e a tropa, julgaram que a tropa capturara a multidão e, sem mais exame, entraram e votaram uma petição ao vice-rei para que mandasse dar um mês de soldo aos dragões, “cujo denodo

salvou Itaguaí do abismo a que a tinha lançado uma cáfila de rebeldes”. Esta frase foi proposta por Sebastião Freitas, o vereador dissidente cuja defesa dos Canjicas tanto escandalizara os colegas.³ Mas bem depressa a ilusão se desfez. Os vivos ao barbeiro, os morras aos vereadores e ao alienista vieram dar-lhes notícia da triste realidade. O presidente não desanimou:

— Qualquer que seja a nossa sorte — disse ele —, lembremo-nos de que estamos a serviço de Sua Majestade e do povo.

Sebastião Freitas insinuou que melhor se poderia servir à Coroa e à vila saindo pelos fundos e indo conferenciar com o

juiz de fora, mas toda a Câmara rejeitou esse alvitre.

Dali a pouco o barbeiro, acompanhado de alguns de seus tenentes, entrava na sala da vereança e intimava à Câmara a sua queda. A Câmara não resistiu: entregou-se, e foi dali para a cadeia. Então os amigos do barbeiro propuseram-lhe que assumisse o governo da vila em nome de Sua Majestade. Porfírio aceitou o encargo, embora não desconhecesse (acrescentou) os espinhos que trazia; disse mais que não podia dispensar o concurso dos amigos presentes, ao que eles prontamente anuíram. O barbeiro veio à janela e comunicou ao povo essas resoluções, que o povo ratificou,

aclamando o barbeiro. Este tomou a denominação de “Protetor da vila em nome de Sua Majestade e do povo”.⁴ Expediram-se logo várias ordens importantes, comunicações oficiais do novo governo, uma exposição minuciosa ao vice-rei, com muitos protestos de obediência às ordens de Sua Majestade; finalmente, uma proclamação ao povo, curta, mas enérgica:

Itaquaienses!

Uma Câmara corrupta e violenta conspirava contra os interesses de Sua Majestade e do povo. A opinião pública tinha-a condenado; um punhado de cidadãos, fortemente apoiados pelos bravos dragões de Sua Majestade,

acaba de dissolvê-la
ignominiosamente, e por unânime
consenso da vila foi-me confiado o
mando supremo, até que Sua
Majestade se sirva ordenar o que
parecer melhor ao seu real serviço.
Itaguaenses! Não vos peço senão que
me rodeeis de confiança, que me
auxilieis a restaurar a paz e a fazenda
pública, tão desbaratada pela Câmara
que ora findou às vossas mãos. Contai
com o meu sacrifício, e ficai certos de
que a Coroa será por nós.

O Protetor da vila em nome de Sua Majestade
e do povo

PORFÍRIO CAETANO DAS NEVES⁵

Toda a gente notou o absoluto
silêncio dessa proclamação acerca da
Casa Verde; e, segundo uns, não podia

haver mais vivo indício dos projetos tenebrosos do barbeiro. O perigo era tanto maior quanto, no meio mesmo desses graves sucessos, o alienista metera na Casa Verde umas sete ou oito pessoas, entre elas duas senhoras, sendo um dos homens aparentado com o Protetor. Não era um desafio, um ato intencional; mas todos o interpretaram dessa maneira, e a vila respirou com a esperança de que o alienista, dentro de vinte e quatro horas, estaria a ferros, e destruído o terrível cárcere.⁶

O dia acabou alegremente. Enquanto o arauto da matraca ia recitando de esquina em esquina a proclamação, o povo espalhava-se pelas ruas e jurava morrer em defesa do ilustre Porfírio.

Poucos gritos contra a Casa Verde — prova de confiança na ação do governo. O barbeiro expediu um ato declarando feriado aquele dia e entabulou negociações com o vigário para a celebração de um Te Deum,⁷ tão conveniente era aos olhos dele a conjunção do poder temporal com o espiritual; mas o Padre Lopes recusou abertamente o seu concurso.

— Em todo caso, Vossa Reverendíssima não se alistará entre os inimigos do governo? — disse-lhe o barbeiro, dando à fisionomia um aspecto tenebroso.

Ao que o Padre Lopes respondeu, sem responder:

— Como alistar-me, se o novo governo não tem inimigos?⁸

O barbeiro sorriu; era a pura verdade. Salvo o capitão, os vereadores e os principais da vila, toda a gente o aclamava. Os próprios principais, se não o aclamavam, não tinham saído contra ele. Nenhum dos fiscais municipais deixou de vir receber as suas ordens. No geral, as famílias abençoavam o nome daquele que ia enfim libertar Itaguaí da Casa Verde e do terrível Simão Bacamarte.

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

Nota do editor sobre o texto-fonte. Na versão de domínio público que serviu de base a esta edição, figura, entre o corpo da proclamação e a assinatura, um parágrafo

evidentemente estranho ao conto (“Por que razão rompo hoje o silêncio... me faz viver e consumir”), em tom de carta amorosa, sem relação alguma com o enredo — contaminação de outro texto, introduzida por erro de composição da fonte digital. Conferido o sentido e o estilo, o parágrafo foi omitido desta edição, e o registro fica aqui para ciência do leitor.

- 1 **A deserção dos dragões.** “Qualquer que fosse o motivo, as crônicas não o declaram”: Machado recusa-se a explicar a deserção que decide tudo. O silêncio é a tese: as revoluções triunfam ou fracassam por acasos que a retórica posterior converte em “marcha da História”. Um terço de uma tropa muda de lado, e Itaguaí muda de governo; nenhuma ideia, nenhuma justiça, nenhum plano — o puro contingente. Contra as filosofias que

divinizam a História (o século de Machado produzia-as em série: Hegel, Comte, depois Marx), o conto opõe a velha sabedoria: a história é feita de atos livres e de acasos, e só a Providência — que não é a “História” — escreve direito por essas linhas tortas.

2 A espada como navalha comprida. A imagem diz tudo sobre as competências do novo governante: Porfírio empunha o poder como o único instrumento que conhece. Cada um governa com a formação que tem; o barbeiro governa como barbeiro. Machado antecipa a pergunta clássica sobre as revoluções: derrubar é fácil; e depois?

3 A Câmara vota antes de ver. Os vereadores, julgando pela janela que a tropa vencera, votam louvores aos dragões “sem mais exame” — e a frase adulatoria é proposta justamente pelo vereador que

defendera os rebeldes. Duas lições num parágrafo: primeiro, a pressa de aplaudir o vencedor presumido é a essência do cortesão; segundo, Sebastião Freitas gira 180 graus em horas, confirmando o diagnóstico (do próprio Bacamarte, adiante) sobre a sua “inconsistência”. A instabilidade de opinião ao sabor do poder não é doença — é covardia; o conto lucra em que o leitor mantenha a diferença que o alienista apaga.

- 4 **“Protetor da vila”**. O título é achado cômico de precisão histórica: é o título de Cromwell (“Lord Protector”), o revolucionário que decapitou um rei... em nome da liberdade, e governou como ditador. Toda a fraseologia de Porfírio — mando supremo “confiado por unânime consenso”, protestos de obediência ao rei que acaba de ser desobedecido — repete o

ritual de todos os golpes: a usurpação vestida de legalidade e aclamação.

5 A proclamação. Peça-modelo da retórica golpista: a Câmara deposta é “corrupta e violenta” (sem uma prova), a opinião pública “tinha-a condenado” (quem mediu?), o usurpador “não pede senão confiança” (e o mando supremo), e tudo se fecha com a fórmula de devoção à Coroa. Machado compôs um documento eterno; mude o leitor os nomes, e servirá a qualquer século, inclusive ao nosso.

6 A esperança na queda alheia. A vila espera que o novo poder destrua o velho — e não percebe que trocou de senhor sem ganhar liberdade. O critério moral do povo do conto é sempre *quem* manda, nunca o *que* é justo: por isso passa, sem transição, do terror ao entusiasmo e voltará do entusiasmo ao terror. Povo sem princípios é pêndulo.

7 **Te Deum.** Hino latino de ação de graças (“Te Deum laudamus”, a Ti, Deus, louvamos), cantado solenemente em ocasiões públicas. O golpista quer o Te Deum porque sabe que a bênção da Igreja legitima; é o velho apetite do poder pela sacralização. A recusa do Padre Lopes é, materialmente, a atitude certa — a Igreja não deve incensar usurpações —, mas veja-se a nota seguinte.

8 **“Se o novo governo não tem inimigos?”** A resposta do vigário é obra-prima de equívoco: recusa o Te Deum sem se declarar opositor, num agrado de duplo sentido que o deixa bem com todos os desfechos possíveis. Compare-se com o que a hora pedia: um pastor com o dever de dizer ao poder a verdade — como um Ambrósio diante de Teodósio. O Padre Lopes prefere o epigrama à profecia. Machado, anticlerical fino, generaliza pela

personagem um clero inteiro; a generalização é injusta com os muitos padres que no Brasil e alhures enfrentaram tiranos, mas a censura à *diplomacia sem coragem* é merecida onde quer que se aplique: a prudência que nunca arrisca nada não é prudência, é o seu simulacro (a *astutia* dos escolásticos, prudência da carne).

As angústias do boticário

Vinte e quatro horas depois dos sucessos narrados no capítulo anterior, o barbeiro saiu do palácio do governo — foi a denominação dada à casa da Câmara — com dois ajudantes de ordens, e dirigiu-se à residência de Simão Bacamarte. Não ignorava que era mais decoroso ao governo mandar chamá-lo; o receio, porém, de que o alienista não obedecesse obrigou-o a parecer tolerante e moderado.¹

Não descrevo o terror do boticário ao ouvir dizer que o barbeiro ia à casa do alienista. “Vai prendê-lo”, pensou ele. E redobram-lhe as angústias. Com

efeito, a tortura moral do boticário naqueles dias de revolução excede toda descrição possível. Nunca um homem se achou em lance mais apertado: a privança do alienista chamava-o ao lado deste; a vitória do barbeiro atraía-o ao barbeiro. Já a simples notícia da sublevação lhe sacudira fortemente a alma, porque ele sabia a unanimidade do ódio ao alienista; mas a vitória final foi também o golpe final. A esposa, senhora enérgica, amiga particular de D. Evarista, dizia-lhe que o seu lugar era ao lado de Simão Bacamarte; ao passo que o coração lhe bradava que não, que a causa do alienista estava perdida, e que ninguém, por ato próprio, se amarra a um cadáver. “Fê-lo Catão, é verdade, *sed victa Catoni*”,² pensava ele, relembrando

algumas conversas habituais do Padre Lopes; “mas Catão não se atou a uma causa vencida: ele era a própria causa vencida, a causa da república; o seu ato, portanto, foi de egoísta, de um miserável egoísta; minha situação é outra.” Insistindo, porém, a mulher, não achou Crispim Soares outra saída em tal crise senão adoecer; declarou-se doente e meteu-se na cama.³

— Lá vai o Porfírio à casa do Dr. Bacamarte — disse-lhe a mulher, no dia seguinte, à cabeceira da cama —; vai acompanhado de gente.

“Vai prendê-lo”, pensou o boticário.

Uma ideia traz outra; o boticário imaginou que, uma vez preso o alienista, viriam também buscá-lo a ele, na

qualidade de cúmplice. Esta ideia foi o melhor dos vesicatórios.⁴ Crispim Soares ergueu-se, disse que estava bom, que ia sair; e, apesar de todos os esforços e protestos da consorte, vestiu-se e saiu. Os velhos cronistas são unânimes em dizer que a certeza de que o marido ia colocar-se nobremente ao lado do alienista consolou grandemente a esposa do boticário; e notam, com muita perspicácia, o imenso poder moral de uma ilusão; porquanto o boticário caminhou resolutamente ao palácio do governo, não à casa do alienista.⁵ Ali chegando, mostrou-se admirado de não encontrar o barbeiro, a quem ia apresentar os seus protestos de adesão, não o tendo feito desde a véspera por achar-se enfermo. E tossia,

com algum custo. Os altos funcionários que lhe ouviram essa declaração, sabedores da intimidade do boticário com o alienista, compreenderam toda a importância da nova adesão e trataram Crispim Soares com apurado carinho; afirmaram-lhe que o barbeiro não tardava; Sua Senhoria fora à Casa Verde, a negócio importante, mas não tardava. Deram-lhe cadeira, refrescos, elogios; disseram-lhe que a causa do ilustre Porfírio era a de todos os patriotas; ao que o boticário ia repetindo que sim, que nunca pensara outra coisa, e que isso mesmo mandaria declarar a Sua Majestade.

1 A visita do poder ao poder. O “Protetor” vai à casa do alienista em vez de convocá-lo — e o narrador explica: é medo vestido de moderação. O detalhe fixa a verdadeira hierarquia de Itaguaí: o governo revolucionário, com tropa e povo, teme o homem sozinho na biblioteca. O poder das armas intui obscuramente que o poder da “ciência” o excede — profecia do mundo moderno, onde os Estados se curvam aos peritos.

2 “Victrix causa deis placuit, sed victa Catoni.” Verso de Lucano (*Farsália*, I, 128): “A causa vencedora agradou aos deuses; a vencida, a Catão”. Catão de Útica, estoico, preferiu a morte a submeter-se a César vitorioso — símbolo clássico da fidelidade aos princípios contra o fato consumado. A citação, apanhada de ouvido nas

conversas do Padre Lopes, sofre na cabeça de Crispim uma exegese admirável de má-fé: Catão vira “egoísta”, e a deserção vira sensatez. Machado mostra aqui um mecanismo eterno: a inteligência posta a serviço da covardia trabalha depressa e bem — acha sempre a distinção sutil que transforma o dever em tolice. É a corrupção da razão prática pela paixão, que Aristóteles e Santo Tomás descrevem com precisão: o medo não refuta o princípio; suborna o silogismo.

3 A doença diplomática. Entre a mulher (que aponta o dever) e o medo (que aponta a fuga), Crispim inventa a terceira via de todos os fracos: adoecer. A cama como abstenção moral. Note-se que a esposa do boticário é a única personagem do capítulo com senso claro do dever de lealdade — e será paga, adiante, com a

internação (cap. XII); neste mundo às avessas, a fidelidade é o que menos rende.

4 **Vesicatório.** Emplastro que provocava bolhas na pele, usado como terapia revulsiva. O “melhor dos vesicatórios” é o medo da prisão: a farmacologia da covardia — Machado ri com os termos do próprio ofício do personagem.

5 O “**imenso poder moral de uma ilusão**”. A mulher consola-se crendo que o marido foi juntar-se nobremente ao alienista; ele foi aderir ao usurpador. O narrador chama a isso, com ironia de cronista, “o imenso poder moral de uma ilusão”. A frase merece pausa: meia vida social se sustenta de ilusões assim — reputações de coragem construídas sobre fugas bem dissimuladas. A moral tradicional chama as coisas pelos nomes: a adesão de Crispim é apostasia civil por medo, agravada pela mentira da tosse. E, contudo, observe-se a justiça

sutil do conto: nenhum castigo externo cai sobre Crispim — o castigo é ser Crispim, viver nessa perpétua agonia entre dois medos. O vício traz o inferno consigo.

Dois lindos casos

O alienista não se demorou em receber o barbeiro; declarou-lhe que não tinha meios de resistir e que, portanto, estava pronto a obedecer. Só uma coisa pedia: que não o constrangessem a assistir pessoalmente à destruição da Casa Verde.

— Engana-se Vossa Senhoria — disse o barbeiro, depois de alguma pausa —, engana-se em atribuir ao governo intenções vandálicas. Com razão ou sem ela, a opinião crê que a maior parte dos loucos ali metidos está em perfeito juízo; mas o governo reconhece que a questão é puramente científica, e não

cogita resolver com decretos as questões científicas. Além disso, a Casa Verde é uma instituição pública; assim a recebemos das mãos da Câmara dissolvida. Há, entretanto — por força há de haver —, um meio-termo que restitua o sossego ao espírito público.¹

O alienista mal podia dissimular o assombro; confessou que esperava outra coisa — o arrasamento do hospício, a prisão, o desterro, tudo, menos...

— O pasmo de Vossa Senhoria — atalhou gravemente o barbeiro — vem de não atender à grave responsabilidade do governo. O povo, tomado de uma cega piedade, que lhe dá em tal caso legítima indignação, pode exigir do

governo certa ordem de atos; mas o governo, com a responsabilidade que lhe incumbe, não os deve praticar, ao menos integralmente; e tal é a nossa situação. A generosa revolução que ontem derrubou uma Câmara vilipendiada e corrupta pediu em altos brados o arrasamento da Casa Verde; mas pode entrar no ânimo do governo eliminar a loucura? Não. E, se o governo não a pode eliminar, está ao menos apto para discriminá-la, reconhecê-la? Também não; é matéria de ciência. Logo, em assunto tão melindroso, o governo não pode, não deve, não quer dispensar o concurso de Vossa Senhoria. O que lhe pede é que, de certa maneira, demos alguma satisfação ao povo. Unamo-nos, e o povo saberá

obedecer. Um dos meios aceitáveis, se Vossa Senhoria não indicar outro, seria retirar da Casa Verde os enfermos quase curados, e também os maníacos de pouca monta, etc. Desse modo, sem grande perigo, mostraremos alguma tolerância e benignidade.²

— Quantos mortos e feridos houve ontem no conflito? — perguntou Simão Bacamarte, depois de uns três minutos.

O barbeiro ficou espantado com a pergunta, mas respondeu logo que onze mortos e vinte e cinco feridos.

— Onze mortos e vinte e cinco feridos! — repetiu duas ou três vezes o alienista.

E em seguida declarou que o meio proposto não lhe parecia bom, mas que ele havia de encontrar algum outro, e

dentro de poucos dias lhe daria resposta. E fez-lhe várias perguntas acerca dos sucessos da véspera: ataque, defesa, adesão dos dragões, resistência da Câmara, etc., ao que o barbeiro ia respondendo com grande abundância, insistindo principalmente no descrédito em que a Câmara caíra. O barbeiro confessou que o novo governo não tinha ainda a confiança dos principais da vila, mas o alienista podia fazer muito nesse ponto. O governo, concluiu o barbeiro, folgaria se pudesse contar não já com a simpatia, mas com a benevolência do mais alto espírito de Itaguaí, e seguramente do reino. Mas nada disso alterava a nobre e austera fisionomia daquele grande homem, que ouvia

calado, sem vaidade nem modéstia, impassível como um deus de pedra.³

— Onze mortos e vinte e cinco feridos — repetiu o alienista, depois de acompanhar o barbeiro até a porta. — Eis aí dois lindos casos de doença cerebral. Os sintomas de duplicidade e descaramento deste barbeiro são positivos. Quanto à tolice dos que o aclamaram, não é preciso outra prova além dos onze mortos e vinte e cinco feridos. Dois lindos casos!⁴

— Viva o ilustre Porfírio! — bradaram umas trinta pessoas que aguardavam o barbeiro à porta.

O alienista espiou pela janela e ainda ouviu este final de uma pequena fala do

barbeiro às trinta pessoas que o aclamavam:

— ...porque eu velo, podeis estar certos disso, eu velo pela execução das vontades do povo. Confiai em mim, e tudo se fará da melhor maneira. Só vos recomendo ordem. A ordem, meus amigos, é a base do governo...

— Viva o ilustre Porfírio! — bradaram as trinta vozes, agitando os chapéus.

— Dois lindos casos! — murmurou o alienista.

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

1 O discurso do meio-termo. O barbeiro no poder fala exatamente como a Câmara que derrubou: “a questão é puramente científica”, “não se resolvem por decreto

as questões científicas”. Compare o leitor com o capítulo VI, nota 1 — é a mesma fórmula, agora na boca do revolucionário. Machado fecha o circuito: as instituições mudam de mãos, os sofismas ficam. Quem ontem gritava “Bastilha da razão humana” hoje precisa da Bastilha funcionando, porque governar contra o alienista dá trabalho e governar com ele dá sossego. Toda revolução que não muda o princípio apenas muda o beneficiário.

- 2 **“Demos alguma satisfação ao povo.”** A proposta de soltar “os quase curados e os maníacos de pouca monta” é obra-prima de política pura: não se trata de justiça (quem está preso sem razão deve ser solto todo, e já), mas de dosagem de aparências para acalmar a rua. O povo, que morreu e sangrou pela causa (“onze mortos e vinte e cinco feridos”), receberá uma fração simbólica do que pediu. Eis a traição em

estado químico: o tribuno converte o sangue dos seus em moeda de negociação com o tirano de ontem. À luz da ética, o cálculo de Porfírio é duplamente vicioso: usa os inocentes presos como peças de barganha e usa os mortos como capital político.

3 “Impassível como um deus de pedra.” A imagem é exata: Bacamarte é o ídolo do conto — imóvel, mudo, recebendo homenagens e vítimas. A Escritura descreve os ídolos: “têm olhos e não veem, têm ouvidos e não ouvem” (Sl 113B/115). Assim o alienista: vê sintomas, não pessoas; ouve dados, não súplicas. A idolatria da ciência esculpiu o seu deus à própria imagem.

4 “Dois lindos casos!” O veredito do alienista sobre a revolução é tecnicamente delicioso e moralmente revelador. Ele diagnostica: a “duplicidade e

descaramento” do barbeiro, a “tolice” da multidão. Ora — e aqui está a chave —, o *diagnóstico moral é exato*: Porfírio é de fato um velhaco, e a turba foi de fato tola. Bacamarte enxerga o vício com olho clínico perfeito; o seu erro está em rotulá-lo de “doença cerebral”. Machado concede ao seu cientista a agudeza do moralista e nega-lhe a categoria certa: onde devia dizer *pecado*, diz *caso*. É o resumo do século: a ciência moderna não descobriu vícios novos — rebatizou os antigos, perdendo no rebatismo a possibilidade de imputá-los e de curá-los, pois ninguém se converte de um diagnóstico. E note-se o detalhe soberbo: os onze mortos não pesam sobre o médico como dor, mas como *prova estatística* da tolice alheia. O ídolo contabiliza o sangue.

A restauração

Dentro de cinco dias, o alienista meteu na Casa Verde cerca de cinquenta aclamadores do novo governo. O povo indignou-se. O governo, atarantado, não sabia como reagir. João Pina, outro barbeiro, dizia abertamente nas ruas que o Porfírio estava “vendido ao ouro de Simão Bacamarte”, frase que congregou em torno de João Pina a gente mais resoluta da vila. Porfírio, vendo o antigo rival da navalha à frente da insurreição, compreendeu que a sua perda era irremediável se não desse um grande golpe; expediu dois decretos, um

abolindo a Casa Verde, outro desterrando o alienista. João Pina mostrou claramente, com grandes frases, que o ato de Porfírio era um simples aparato, um engodo, em que o povo não devia crer. Duas horas depois, caía Porfírio ignominiosamente, e João Pina assumia a difícil tarefa do governo. Como achasse nas gavetas as minutas da proclamação, da exposição ao vice-rei e dos outros atos inaugurais do governo anterior, deu-se pressa em fazê-los copiar e expedir; acrescentam os cronistas — e, aliás, subentende-se — que ele lhes mudou os nomes: onde o outro barbeiro falara de uma Câmara corrupta, falou este de “um intruso eivado das más doutrinas francesas e

contrário aos sacrossantos interesses de Sua Majestade”, etc.¹

Nisto, entrou na vila uma força mandada pelo vice-rei e restabeleceu a ordem. O alienista exigiu desde logo a entrega do barbeiro Porfírio, e bem assim a de uns cinquenta e tantos indivíduos que declarou mentecaptos; e não só lhos deram, como afiançaram entregar-lhe mais dezenove seguidores do barbeiro, que convalesciam dos ferimentos apanhados na primeira rebelião.²

Este ponto da crise de Itaguaí marca também o grau máximo da influência de Simão Bacamarte. Tudo quanto quis, deu-se-lhe; e uma das mais vivas provas do poder do ilustre médico acha-se na

prontidão com que os vereadores, restituídos aos seus lugares, consentiram em que Sebastião Freitas também fosse recolhido ao hospício. O alienista, sabendo da extraordinária inconsistência das opiniões desse vereador, entendeu que era um caso patológico e pediu-o. A mesma coisa aconteceu ao boticário. O alienista, mal lhe falaram da momentânea adesão de Crispim Soares à rebelião dos Canjicas, comparou-a à aprovação que sempre recebera dele, ainda na véspera, e mandou capturá-lo. Crispim Soares não negou o fato, mas explicou-o dizendo que ceder a um movimento de terror ao ver a rebelião triunfante, e deu como prova a ausência de qualquer outro ato seu, acrescentando que voltara logo à

cama, doente. Simão Bacamarte não o contrariou; disse, porém, aos circunstantes que o terror também é pai da loucura, e que o caso de Crispim Soares lhe parecia dos mais caracterizados.³

Mas a prova mais evidente da influência de Simão Bacamarte foi a docilidade com que a Câmara lhe entregou o próprio presidente. Este digno magistrado tinha declarado, em plena sessão, que não se contentava, para lavar-se da afronta dos Canjicas, com menos de trinta almudes de sangue;⁴ palavra que chegou aos ouvidos do alienista pela boca do secretário da Câmara, entusiasmado com tamanha energia. Simão Bacamarte

começou por meter o secretário na Casa Verde, e dali foi à Câmara, à qual declarou que o presidente estava padecendo da “demência dos touros”, um gênero que ele pretendia estudar, com grande vantagem para os povos. A Câmara a princípio hesitou, mas acabou cedendo.

Daí em diante foi uma coleta desenfreada. Um homem não podia dar nascimento ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. Tudo era loucura. Os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, de anagramas, os maldizentes, os curiosos da vida alheia, os que põem todo o seu

cuidado na elegância exagerada, um ou outro fiscal municipal enfatizado — ninguém escapava aos emissários do alienista. Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural, e as segundas, a um vício.⁵ Se um homem era avaro ou pródigo, ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental. Alguns cronistas creem que Simão Bacamarte nem sempre procedia com lisura, e citam, em abono da afirmação (que não sei se pode ser aceita), o fato de ter alcançado da Câmara uma postura autorizando o uso de um anel de prata no polegar da mão esquerda a toda pessoa que, sem outra prova

documental ou tradicional, declarasse ter nas veias duas ou três onças de sangue godo.⁶ Dizem esses cronistas que o fim secreto da insinuação à Câmara foi enriquecer um ourives amigo e compadre dele; mas, conquanto seja certo que o ourives viu prosperar o negócio depois da nova ordenação municipal, não o é menos que essa postura deu à Casa Verde uma multidão de inquilinos; pelo que não se pode definir, sem temeridade, o verdadeiro fim do ilustre médico. Quanto à razão determinante da captura e aposentadoria na Casa Verde de todos quantos usaram o anel, é um dos pontos mais obscuros da história de Itaguaí; a opinião mais verossímil é que eles foram recolhidos por andarem a gesticular à

toa, nas ruas, em casa, na igreja. Ninguém ignora que os loucos gesticulam muito. Em todo caso, é uma simples conjectura; de positivo, nada há.

— Onde é que este homem vai parar?
— diziam os principais da terra. — Ah! Se nós tivéssemos apoiado os Canjicas...

Um dia de manhã — dia em que a Câmara devia dar um grande baile — a vila inteira ficou abalada com a notícia de que a própria esposa do alienista fora metida na Casa Verde. Ninguém acreditou; devia ser invenção de algum gaiato. E não era: era a pura verdade. D. Evarista fora recolhida às duas horas da madrugada. O Padre Lopes correu ao

alienista e interrogou-o discretamente acerca do fato.

— Já havia algum tempo que eu desconfiava — disse gravemente o marido. — A modéstia com que ela vivera em ambos os matrimônios não podia conciliar-se com o furor das sedas, veludos, rendas e pedras preciosas que manifestou logo que voltou do Rio de Janeiro. Desde então comecei a observá-la. Suas conversas eram todas sobre esses objetos; se eu lhe falava das antigas cortes, inquiria logo da forma dos vestidos das damas; se uma senhora a visitava na minha ausência, antes de me dizer o objeto da visita, descrevia-me o traje, aprovando umas coisas e censurando outras. Um

dia — creio que Vossa Reverendíssima há de lembrar-se — propôs-se a fazer anualmente um vestido para a imagem de Nossa Senhora da matriz. Tudo isto eram sintomas graves; esta noite, porém, declarou-se a total demência. Tinha escolhido, preparado, enfeitado o vestuário que levaria ao baile da Câmara; só hesitava entre um colar de granada e outro de safira. Anteontem perguntou-me qual deles levaria; respondi-lhe que um ou outro lhe ficava bem. Ontem repetiu a pergunta ao almoço; pouco depois do jantar fui achá-la calada e pensativa. “Que tem?”, perguntei-lhe. “Queria levar o colar de granada, mas acho o de safira tão bonito!” “Pois leve o de safira.” “Ah! Mas onde fica o de granada?” Enfim, passou

a tarde sem novidade. Ceamos, e deitamo-nos. Alta noite, seria uma hora e meia, acordo e não a vejo; levanto-me, vou ao quarto de vestir, acho-a diante dos dois colares, ensaiando-os ao espelho, ora um, ora outro. Era evidente a demência: recolhi-a logo.⁷

O Padre Lopes não se satisfez com a resposta, mas não objetou nada. O alienista, porém, percebeu, e explicou-lhe que o caso de D. Evarista era de “mania suntuária”, não incurável, e em todo caso digno de estudo.

— Conto deixá-la boa dentro de seis semanas — concluiu ele.

A abnegação do ilustre médico deu-lhe grande realce. Conjecturas, invenções, desconfianças, tudo caiu por

terra desde que ele não hesitou em recolher à Casa Verde a própria mulher, a quem amava com todas as forças da alma. Ninguém mais tinha o direito de resistir-lhe — menos ainda o de atribuir-lhe intuits alheios à ciência.

Era um grande homem austero, Hipócrates forrado de Catão.⁸

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

- 1 **Porfírio e João Pina.** O segundo golpe copia o primeiro até nas minutas: João Pina literalmente reaproveita os papéis do rival, trocando os nomes. Onde Porfírio acusava “uma Câmara corrupta”, Pina acusa “um intruso eivado das más doutrinas francesas” — e a expressão é historicamente saborosa: “doutrinas francesas” era como a Coroa portuguesa

designava o ideário revolucionário e iluminista; o novo golpista acusa o anterior exatamente daquilo que ambos praticam. A política do conto é um teatro de máscaras intercambiáveis; as proclamações são formulários com espaços em branco. Poucas páginas da literatura ensinam tanto sobre a vacuidade da retórica revolucionária — e sobre o adágio do narrador no cap. XII: “ladrão que furta ladrão...”.

2 A entrega dos feridos. A “ordem restaurada” entrega ao alienista os dezenove feridos convalescentes da rebelião. Detalhe atroz sob a prosa neutra: os vencidos, já punidos pelas balas, são agora punidos pelo diagnóstico. A aliança entre o poder restaurado e o médico — cada um lavando as mãos com a autoridade do outro — realiza a forma mais acabada de tirania: aquela em que

ninguém é responsável, porque o soldado obedece à ordem e o médico obedece à ciência.

3 Freitas e Crispim: os vícios viram casos.

Observe-se a fina justiça poética: Sebastião Freitas é internado pela “inconsistência de opiniões” (era girouette, vira-casaca), Crispim pela adesão dupla (era adulator covarde), o presidente pela sede de “trinta almudes de sangue” (era vingativo). Em todos os três, Bacamarte vê o defeito real — e o converte em patologia. Repete-se o mecanismo do cap. IX, nota 4: o olho clínico funciona como olho moral sem o saber, e o manicômio vai-se enchendo dos viciosos da vila. A meia-verdade do sistema é o que o torna verossímil: os internados têm mesmo algo — só que o que têm chama-se pecado, fraqueza, mau hábito; coisas que se emendam com arrependimento e

virtude, não com cubículo. Diagnosticar não é absolver nem curar: é arquivar.

4 Almude. Antiga medida de líquidos (cerca de 20 a 30 litros, conforme a região). “Trinta almudes de sangue”: o presidente da Câmara queria, portanto, algo como setecentos litros — hipérbole de vingança que Machado deixa falar por si.

5 Namoradas e namoradeiras. A distinção de Bacamarte (o impulso natural respeitado, o vício capturado) é, por uma vez, quase escolástica: distinguir a inclinação natural do seu uso vicioso é exatamente o método da ética clássica. Machado põe no alienista, aqui e ali, esses lampejos de moralista — para mostrar que a nova ciência vive de contrabandear os conceitos da velha moral, rebatizados. A “patologia” de Bacamarte é uma teologia moral sem Deus, sem graça e sem perdão:

conserva o catálogo dos vícios e perde o caminho das virtudes.

6 Sangue godo. Descender dos godos (visigodos) era pretensão de nobreza antiga na Península Ibérica. A postura do anel de prata é uma ratoeira sociológica: basta oferecer um distintivo de vaidade para que uma multidão corra a autodeclarar-se nobre — e caia na rede do alienista. O episódio, com a suspeita (não confirmada) do conluio com o ourives, mostra Machado no seu mais puro: a vaidade é o vício que dispensa provas; anuncia-se sozinha.

7 A internação de D. Evarista. O relato do marido ao vigário é uma peça de acusação minuciosa — e o leitor deve notar o que ele registra como “sintoma grave”: a esposa propôs *fazer anualmente um vestido para a imagem de Nossa Senhora*. O único gesto de piedade de D. Evarista em todo o conto

— piedade misturada de vaidade, sem dúvida, como quase tudo nos devotos medianos — entra no prontuário como indício de demência. O detalhe é profundo: para o cientificismo, a devoção religiosa é, ela também, matéria de diagnóstico. O século XX confirmaria a profecia: não faltaram escolas psicológicas para classificar a fé como neurose. Quanto à hesitação entre dois colares, é frivolidade — vício leve, o mais feminino dos retratados por Machado com a mesma régua com que retratou os masculinos (a adulação de Crispim, a ambição de Porfírio). A vila inteira é frívola; a internação de um frívolo por frivolidade é a *reductio* ao absurdo do sistema.

8 **“Hipócrates forrado de Catão.”** Fórmula-síntese: a ciência médica (Hipócrates) revestida da austeridade estoica (Catão). O elogio irônico esconde a advertência: um

homem que sacrifica a própria esposa à teoria não é um santo da ciência; é um fanático perfeito. A abnegação — note-se bem — não é virtude em si: é virtude quando sacrifica o próprio interesse ao *bem verdadeiro*; sacrificado o inocente a um ídolo, o mesmo gesto chama-se imolação. Os cronistas de Itaguaí admiram; o leitor avisado estremece. Não há tirano mais completo que o tirano desinteressado.

O assombro de Itaguaí

E agora prepare-se o leitor para o mesmo assombro em que ficou a vila ao saber, um dia, que os loucos da Casa Verde iam todos ser postos na rua.

— Todos?

— Todos.

— É impossível; alguns, sim, mas todos...

— Todos. Assim o disse ele no ofício que mandou hoje de manhã à Câmara.

De fato, o alienista oficiara à Câmara expondo: 1º, que verificara, pelas estatísticas da vila e da Casa Verde, que quatro quintos da população estavam

aposentados naquele estabelecimento; 2º, que essa deslocação de população o levara a examinar os fundamentos da sua teoria das moléstias cerebrais, teoria que excluía do domínio da razão todos os casos em que o equilíbrio das faculdades não fosse perfeito e absoluto; 3º, que desse exame e do fato estatístico resultara para ele a convicção de que a verdadeira doutrina não era aquela, mas a oposta — e, portanto, que se devia admitir como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades, e como hipóteses patológicas todos os casos em que aquele equilíbrio fosse ininterrupto; 4º, que, à vista disso, declarava à Câmara que ia dar liberdade aos reclusos da Casa Verde e agasalhar nela as pessoas

que se achassem nas condições agora expostas; 5º, que, tratando de descobrir a verdade científica, não se pouparia a esforços de toda natureza, esperando da Câmara igual dedicação; 6º, que restituía à Câmara e aos particulares a soma do estipêndio recebido para alojamento dos supostos loucos, descontada a parte efetivamente gasta com alimentação, roupa, etc., o que a Câmara poderia verificar nos livros e arcas da Casa Verde.¹

O assombro de Itaguaí foi grande; não foi menor a alegria dos parentes e amigos dos reclusos. Jantares, danças, luminárias, músicas, tudo houve para celebrar tão fausto acontecimento. Não descrevo as festas, por não

interessarem ao nosso propósito; mas foram esplêndidas, tocantes e prolongadas.

E vão assim as coisas humanas! No meio do regozijo produzido pelo ofício de Simão Bacamarte, ninguém reparava na frase final do § 4º — uma frase cheia de experiências futuras.²

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

1 A inversão da teoria. Momento culminante da lógica do conto — e um dos grandes lances da literatura de ideias em qualquer língua. Diante do fato de que quatro quintos da vila estão internados, Bacamarte não conclui o óbvio (a teoria está errada); conclui que a *normalidade* estava do lado de lá: se quase todos são desequilibrados, o desequilíbrio é o

normal, e o equilíbrio perfeito passa a ser a patologia. Vale a pena desmontar o raciocínio, porque ele ensina mais lógica do que muitos manuais. O erro original (cap. IV, nota 7) foi definir a razão como perfeição empírica absoluta; a estatística apenas revelou a consequência: por essa régua, ninguém é são. Ora, quando uma teoria conclui que ninguém é são — ou que tudo é X, ou que nada é X —, ela não descobriu um fato: destruiu a própria distinção que devia explicar, e com isso refutou-se (é o que a filosofia chama *reductio ad absurdum*). O passo honesto seria voltar ao princípio e corrigi-lo. Bacamarte, porém, faz o que fazem todos os sistemas fechados quando a realidade os desmente: *inverte o sinal e conserva o sistema*. A normalidade já não é descoberta na natureza humana; é decretada pela estatística — o normal é o que a maioria é. Registre-se bem este segundo erro,

porque é o erro do nosso tempo: substituir a norma (o que o homem *deve* ser, dado o seu fim natural) pela média (o que os homens são, contados por cabeça). Pela média, numa sociedade de cegos a visão é doença. A sanidade, como a moral, não se apura por censo: apura-se pela natureza da coisa. Machado viu — e riu — do positivismo estatístico oitenta anos antes de ele se tornar o senso comum das ciências humanas.

2 A frase final do § 4º. “Agasalhar na Casa Verde as pessoas que se achassem nas condições agora expostas” — isto é, os equilibrados, os virtuosos, os sãos. A vila festeja a libertação sem ler a letra pequena. Machado satiriza aqui o leitor desatento de todos os decretos: o povo que celebra a lei pelo título e ignora o parágrafo. Mas o alcance é maior: quando o princípio falso não é extirpado, a sua

nova aplicação já está assinada — apenas mudou de alvo. Quem aceitou que “a ciência” pode trancar quem ela definir, aceitou-o de uma vez para sempre; hoje define os loucos, amanhã definirá os sãos. O único momento seguro para recusar o arbítrio é o princípio; depois, só resta esperar a vez.

O final do § 4º

A pagaram-se as luminárias, reconstituíram-se as famílias, tudo parecia reposto nos antigos eixos. Reinava a ordem, a Câmara exercia outra vez o governo, sem nenhuma pressão externa; o próprio presidente e o vereador Freitas voltaram aos seus lugares. O barbeiro Porfírio, ensinado pelos acontecimentos, tendo “provado tudo”, como o poeta disse de Napoleão, e mais alguma coisa — porque Napoleão não provou a Casa Verde —, achou preferível a glória obscura da navalha e da tesoura às calamidades brilhantes do poder. Foi, é certo, processado; mas a

população da vila implorou a clemência de Sua Majestade; daí o perdão. João Pina foi absolvido, atendendo-se a que derrubara um rebelde. Os cronistas pensam que deste fato é que nasceu o nosso adágio — *ladrão que furta ladrão tem cem anos de perdão* —, adágio imoral, é verdade, mas grandemente útil.¹

Não só findaram as queixas contra o alienista, como nenhum ressentimento ficou dos atos que ele praticara; crescendo que os reclusos da Casa Verde, desde que ele os declarou plenamente ajuizados, sentiram-se tomados de profundo reconhecimento e férvido entusiasmo. Muitos entenderam que o alienista merecia

uma manifestação especial e deram-lhe um baile, ao qual se seguiram outros bailes e jantares. Dizem as crônicas que D. Evarista a princípio teve ideia de separar-se do consorte, mas a dor de perder a companhia de tão grande homem venceu qualquer ressentimento de amor-próprio, e o casal veio a ser ainda mais feliz do que antes.²

Não menos íntima ficou a amizade do alienista e do boticário. Este concluiu do ofício de Simão Bacamarte que a prudência é a primeira das virtudes em tempos de revolução, e apreciou muito a magnanimidade do alienista que, ao dar-lhe a liberdade, lhe estendeu a mão de amigo velho.

— É um grande homem — disse ele à mulher, referindo essa circunstância.³

Não é preciso falar do albardeiro, do Costa, do Coelho, do Martim Brito e outros especialmente nomeados neste escrito; basta dizer que puderam exercer livremente os seus hábitos anteriores. O próprio Martim Brito, recluso por um discurso em que louvara enfaticamente D. Evarista, fez agora outro em honra do insigne médico — “cujo altíssimo gênio, elevando as asas muito acima do sol, deixou abaixo de si todos os demais espíritos da terra”.

— Agradeço as suas palavras — retorquiu-lhe o alienista — e ainda não me arrependo de o haver restituído à liberdade.

Entretanto, a Câmara, que respondera ao ofício de Simão Bacamarte com a ressalva de que oportunamente estatuiria sobre o final do § 4º, tratou enfim de legislar sobre ele. Foi adotada, sem debate, uma postura autorizando o alienista a agasalhar na Casa Verde as pessoas que se achassem no gozo do perfeito equilíbrio das faculdades mentais. E, porque a experiência da Câmara tivesse sido dolorosa, estabeleceu ela a cláusula de que a autorização era provisória, limitada a um ano, para o fim de ser experimentada a nova teoria psicológica, podendo a Câmara, antes mesmo daquele prazo, mandar fechar a Casa Verde, se a isso fosse aconselhada por motivos de ordem pública. O

vereador Freitas propôs também a declaração de que, em nenhum caso, fossem os vereadores recolhidos ao asilo dos alienados; cláusula que foi aceita, votada e incluída na postura, apesar das reclamações do vereador Galvão. O argumento principal deste magistrado era que a Câmara, legislando sobre uma experiência científica, não podia excluir as pessoas dos seus membros das consequências da lei; a exceção era odiosa e ridícula. Mal proferira estas duras palavras, romperam os vereadores em altos brados contra a audácia e insensatez do colega; este, porém, ouviu-os e limitou-se a dizer que votava contra a exceção.

— A vereança — concluiu ele — não nos dá nenhum poder especial, nem nos elimina do espírito humano.⁴

Simão Bacamarte aceitou a postura com todas as restrições. Quanto à exclusão dos vereadores, declarou que teria profundo sentimento se fosse compelido a recolhê-los à Casa Verde; a cláusula, porém, era a melhor prova de que eles não padeciam do perfeito equilíbrio das faculdades mentais. Não acontecia o mesmo ao vereador Galvão, cujo acerto na objeção feita e cuja moderação na resposta às invectivas dos colegas mostravam da parte dele um cérebro bem organizado; pelo que rogava à Câmara que lho entregasse. A Câmara, sentindo-se ainda agravada

pelo procedimento do vereador Galvão, estimou o pedido do alienista e votou unanimemente a entrega.⁵

Compreende-se que, pela teoria nova, não bastava um fato ou um dito para recolher alguém à Casa Verde; era preciso um longo exame, um vasto inquérito do passado e do presente. O Padre Lopes, por exemplo, só foi capturado trinta dias depois da postura; a mulher do boticário, quarenta dias. A reclusão desta senhora encheu o consorte de indignação. Crispim Soares saiu de casa espumando de cólera, declarando às pessoas que encontrava que ia arrancar as orelhas do tirano. Um sujeito, adversário do alienista, ouvindo na rua essa notícia, esqueceu os motivos

da dissidência e correu à casa de Simão Bacamarte para participar-lhe o perigo que corria. Simão Bacamarte mostrou-se grato ao procedimento do adversário, e poucos minutos lhe bastaram para reconhecer a retidão dos seus sentimentos, a boa-fé, o respeito humano, a generosidade; apertou-lhe muito as mãos e recolheu-o à Casa Verde.⁶

— Um caso destes é raro — disse ele à mulher, pasmada. — Agora esperemos o nosso Crispim.

Crispim Soares entrou. A dor vencera a raiva; o boticário não arrancou as orelhas do alienista. Este consolou o seu privado, assegurando-lhe que não era caso perdido; talvez a mulher tivesse

alguma lesão cerebral; ia examiná-la com muita atenção; mas, antes disso, não podia deixá-la na rua. E, parecendo-lhe vantajoso reuni-los — porque a astúcia e velhacaria do marido poderiam, de certo modo, curar a beleza moral que ele descobrira na esposa —, disse Simão Bacamarte:

— O senhor trabalhará durante o dia na botica, mas almoçará e jantará com sua mulher, e cá passará as noites, e os domingos e dias santos.⁷

A proposta colocou o pobre boticário na situação do asno de Buridan.⁸ Queria viver com a mulher, mas temia voltar à Casa Verde; e nessa luta esteve algum tempo, até que D. Evarista o tirou da dificuldade, prometendo que se

incumbiria de ver a amiga e transmitir os recados de um para outro. Crispim Soares beijou-lhe as mãos, agradecido. Este último rasgo de egoísmo pusilânime pareceu sublime ao alienista.

Ao cabo de cinco meses, estavam alojadas umas dezoito pessoas; mas Simão Bacamarte não afrouxava; ia de rua em rua, de casa em casa, espreitando, interrogando, estudando; e, quando colhia um enfermo, levava-o com a mesma alegria com que outrora os arrebanhava às dúzias. Essa mesma desproporção confirmava a teoria nova: achara-se enfim a verdadeira patologia cerebral.⁹ Um dia, conseguiu meter na Casa Verde o juiz de fora; mas procedia

com tanto escrúpulo, que só o fez depois de estudar minuciosamente todos os seus atos e de interrogar os principais da vila. Mais de uma vez esteve prestes a recolher pessoas perfeitamente desequilibradas; foi o que se deu com um advogado, em quem reconheceu tal conjunto de qualidades morais e mentais que era perigoso deixá-lo na rua. Mandou prendê-lo; mas o agente, desconfiado, pediu-lhe para fazer uma experiência: foi ter com um compadre, processado por um testamento falso, e deu-lhe o conselho de tomar por advogado o Salustiano; era o nome da pessoa em questão.

— Então parece-lhe...?

— Sem dúvida: vá, confesse tudo, a verdade inteira, seja qual for, e confie-lhe a causa.

O homem foi ter com o advogado, confessou ter falsificado o testamento e acabou pedindo que lhe tomasse a causa. Não se negou o advogado; estudou os papéis, arrazoou longamente e provou, com todas as luzes, que o testamento era mais que verdadeiro. A inocência do réu foi solenemente proclamada pelo juiz, e a herança passou-lhe às mãos. O distinto jurisconsulto deveu a esta experiência a liberdade.¹⁰

Mas nada escapa a um espírito original e penetrante. Simão Bacamarte, que desde algum tempo notava o zelo, a

sagacidade, a paciência, a moderação daquele agente, reconheceu a habilidade e o tino com que ele levara a cabo uma experiência tão melindrosa e complicada, e determinou recolhê-lo imediatamente à Casa Verde; deu-lhe, todavia, um dos melhores cubículos.

Os alienados foram alojados por classes. Fez-se uma galeria de modestos, isto é, dos loucos em quem predominava essa perfeição moral; outra de tolerantes, outra de verídicos, outra de símplices, outra de leais, outra de magnânimos, outra de sagazes, outra de sinceros, etc.¹¹ Naturalmente, as famílias e os amigos dos reclusos bradavam contra a teoria, e alguns tentaram compelir a Câmara a cassar a

licença. A Câmara, porém, não esquecera a linguagem do vereador Galvão e, se cassasse a licença, vê-lo-ia na rua e restituído ao lugar; pelo que recusou. Simão Bacamarte oficiou aos vereadores, não agradecendo, mas felicitando-os por esse ato de vingança pessoal.

Desenganados da via legal, alguns principais da vila recorreram secretamente ao barbeiro Porfírio e afiançaram-lhe todo o apoio de gente, dinheiro e influência na corte, se ele se pusesse à frente de outro movimento contra a Câmara e o alienista. O barbeiro respondeu-lhes que não; que a ambição o levara, da primeira vez, a transgredir as leis, mas que ele se

emendara, reconhecendo o próprio erro e a pouca consistência da opinião dos seus mesmos seguidores; que a Câmara entendera autorizar a nova experiência do alienista por um ano: cumpria ou esperar o fim do prazo, ou requerer ao vice-rei, caso a mesma Câmara rejeitasse o pedido. Jamais aconselharia o emprego de um recurso que ele vira falhar em suas mãos, e isso a troco de mortes e ferimentos que seriam o seu eterno remorso.

— O que é que me está dizendo? — perguntou o alienista, quando um agente secreto lhe contou a conversa do barbeiro com os principais da vila.

Dois dias depois, o barbeiro era recolhido à Casa Verde.

— Preso por ter cão, preso por não ter cão! — exclamou o infeliz.¹²

Chegou o fim do prazo, e a Câmara autorizou um prazo suplementar de seis meses para ensaio dos meios terapêuticos. O desfecho deste episódio da crônica itaguaiense é de tal ordem, e tão inesperado, que merecia nada menos de dez capítulos de exposição; mas contento-me com um, que será o remate da narrativa, e um dos mais belos exemplos de convicção científica e abnegação humana.

NOTAS CRÍTICAS E EXPLICATIVAS

- 1 **“Ladrão que furta ladrão...”** O narrador atribui ao episódio a origem do adágio e o qualifica com exatidão: “imoral, é verdade, mas grandemente útil”. A anistia recíproca

dos golpistas — Porfírio perdoado por aclamação, Pina absolvido por ter derrubado um rebelde — sela a lição política do conto: onde não há princípio, a justiça é a conveniência dos vencedores, e a sabedoria popular arquiva o escândalo num provérbio risonho. A utilidade sem moralidade é a moeda corrente de Itaguaí.

2 A reconciliação de D. Evarista. A esposa internada pelo marido pensa em separar-se... e desiste, pela “dor de perder a companhia de tão grande homem”. Machado é impiedoso: nem a vítima extrai da injustiça uma lição; a vaidade de ser esposa do grande homem vence o agravo recebido. O casal “ainda mais feliz do que antes” é o selo irônico sobre um matrimônio onde nunca houve amor — só ciência de um lado e vaidade do outro.

3 “A prudência é a primeira das virtudes.” Crispim extrai dos acontecimentos a sua

“moral”: prudência. Mas o que ele chama prudência é o cálculo do próprio pelejo — a *prudentia carnis* que São Paulo condena (Rm 8, 6) e que Santo Tomás distingue nitidamente da virtude: a prudência verdadeira é a reta razão *do agir bem* (*recta ratio agibilium*), ordenada ao fim bom; a esperteza ordenada ao fim egoísta é *astutia*, falsa prudência (II-II, q. 55). O conto inteiro poderia servir de exemplário a esse artigo da Suma.

- 4 **O vereador Galvão.** Figura breve e admirável: recusa o privilégio da própria classe (“a vereança não nos dá nenhum poder especial”) por coerência com a lei votada. É o único ato político íntegro de todo o conto — e custa-lhe a internação imediata, entregue pelos colegas *por vingança*. Machado constrói a cena com precisão de moralista: a integridade, num corpo corrompido, não é apenas rara; é

intolerável, porque acusa pela simples presença. Assim o mundo tratou sempre os justos — o conto apenas o diz em chave de farsa municipal.

5 A entrega unânime. A Câmara vota “unanimemente” a entrega do seu melhor membro. A unanimidade dos medíocres contra o justo é um dos fenômenos políticos mais bem documentados da história — de Atenas contra Sócrates ao Sinédrio, passando por todos os parlamentos que já sacrificaram o incômodo à paz da casa. Quando a virtude vira crime, a votação sai sempre por unanimidade: ninguém quer ser o próximo.

6 O adversário generoso. Um inimigo do alienista corre a avisá-lo do perigo — gesto de pura caridade para com quem o persegue, o mais próximo que o conto chega do preceito evangélico “amai os

vossos inimigos” (Mt 5, 44). Resultado: internação em poucos minutos. Na nova teoria, o Evangelho é o atestado de insanidade por excelência. Machado talvez não pretendesse o alcance teológico da piada; ele existe, e é vertiginoso: um mundo que define a saúde pela média dos egoísmos *tem que* classificar a santidade como loucura. São Paulo já o sabia: “a loucura da cruz” (1 Cor 1, 18-25) — a sabedoria de Deus é loucura para o mundo, e a recíproca é verdadeira.

- 7 **A terapia pela má companhia.** Bacamarte prescreve à virtuosa esposa do boticário a convivência com o marido velhaco, para que “a astúcia e velhacaria” dele *curem* a “beleza moral” dela. A inversão está completa e explícita: o vício é medicamento, a virtude é doença. Note-se que o mecanismo é realista: a má companhia corrompe de fato — “as más

companhias corrompem os bons costumes” (1 Cor 15, 33). A nova ciência conhece as leis da alma; apenas as aplica ao contrário, como quem usasse a medicina para adoecer. *Corruptio optimi pessima*: a corrupção do melhor é a pior de todas.

8 O asno de Buridan. Paradoxo atribuído ao filósofo Jean Buridan (séc. XIV): um asno, a igual distância de dois montes de feno idênticos, morreria de fome por não ter razão para escolher um em vez do outro. Crispim entre a mulher e o medo: a imagem rebaixa o dilema moral a paralisia de bicho — e é justa, porque Crispim de fato não *decide*; deixa que D. Evarista decida por ele. A liberdade não exercida atrofia; o covarde termina dispensado até de escolher.

9 “Essa mesma desproporção confirmava a teoria.” Dezoito internados em cinco

meses (contra os quatro quintos da vila de antes) — e Bacamarte lê a escassez como confirmação. Antes, a abundância confirmava; agora, a raridade confirma. Uma teoria que é confirmada por qualquer resultado não é confirmada por nenhum: é o traço diagnóstico das pseudociências, e Machado o formula com um século de antecedência sobre os epistemólogos que o celebrizaram. A fé de Bacamarte na teoria é impermeável aos fatos — fé sem objeto digno de fé, que é a definição exata da credulidade que os cientificistas atribuem aos religiosos.

10 O advogado Salustiano. Único personagem que escapa à Casa Verde — provando, sob encomenda, que um testamento falso confessado era “mais que verdadeiro”. A sátira à advocacia venal é completa: a corrupção é o único atestado de sanidade que o sistema aceita sem

exame. E o agente que armou a experiência é internado *pela competência com que a executou*. No regime da nova teoria, cada qualidade exibida é uma sentença; só o vício circula livremente.

11 As galerias das virtudes. Modestos, tolerantes, verídicos, simplices, leais, magnânimos, sagazes, sinceros: o catálogo das galerias é, ponto por ponto, um catálogo de virtudes clássicas — inclusive a magnanimidade, que Aristóteles pôs no alto da vida ética, e a veracidade e a lealdade, sem as quais nenhuma sociedade subsiste. A Casa Verde tornou-se o inverso exato de uma escola de virtudes: um museu onde elas são recolhidas como aberrações. A imagem é a mais poderosa do conto e paga por todo ele: uma civilização que perde a noção de fim último termina, com toda a lógica, internando os seus santos. O leitor do

século XXI não precisa de esforço para reconhecer o padrão: chamam-se hoje “fobias” e “rigidezes” muitas coisas que os séculos chamaram fidelidade, pudor, temperança. Mudam os rótulos do manicômio; a operação é a mesma.

- 12 **“Preso por ter cão, preso por não ter cão!”** Porfírio, internado agora *pelo arrependimento e moderação* (antes o teria sido pela ambição), cunha o provérbio da arbitrariedade perfeita: quando o critério é elástico, toda conduta é punível. É a experiência de todo súdito de um poder sem lei — e a razão pela qual a lei natural exige normas certas, prévias e iguais: sem elas, o cidadão vive como o barbeiro, culpado de qualquer coisa que faça ou deixe de fazer.

Plus ultra!

Era a vez da terapêutica. Simão Bacamarte, ativo e sagaz em descobrir enfermos, excedeu-se ainda na diligência e penetração com que principiou a tratá-los. Neste ponto, todos os cronistas estão de pleno acordo: o ilustre alienista fez curas pasmosas, que excitaram a mais viva admiração em Itaguaí.

Com efeito, era difícil imaginar sistema terapêutico mais racional. Estando os loucos divididos por classes, segundo a perfeição moral que em cada um deles excedia às outras, Simão Bacamarte cuidou de atacar de frente a

qualidade predominante. Suponhamos um modesto. Ele aplicava a medicação que pudesse incutir-lhe o sentimento oposto; e não ia logo às doses máximas — graduava-as conforme o estado, a idade, o temperamento, a posição social do enfermo. Às vezes bastava uma casaca, uma fita, uma cabeleira, uma bengala, para restituir a razão ao alienado; em outros casos, a moléstia era mais rebelde; recorria então aos anéis de brilhantes, às distinções honoríficas, etc. Houve um doente poeta que resistiu a tudo. Simão Bacamarte começava a desesperar da cura, quando teve a ideia de mandar correr a matraca para apregoá-lo como rival de Garção e de Píndaro.¹

— Foi um santo remédio — contava a mãe do infeliz a uma comadre —; foi um santo remédio.

Outro doente, também modesto, opôs a mesma resistência à medicação; mas, não sendo escritor (mal sabia assinar o nome), não se lhe podia aplicar o remédio da matraca. Simão Bacamarte lembrou-se de pedir para ele o lugar de secretário da Academia dos Encobertos, estabelecida em Itaguaí.² Os lugares de presidente e secretários eram de nomeação régia, por especial graça do finado rei D. João V, e implicavam o tratamento de “Excelência” e o uso de uma placa de ouro no chapéu. O governo de Lisboa recusou o diploma; mas, representando o alienista que não

o pedia como prêmio honorífico ou distinção legítima, e somente como meio terapêutico para um caso difícil, o governo cedeu excepcionalmente à súplica; e ainda assim não o fez sem extraordinário esforço do ministro da marinha e ultramar, que vinha a ser primo do alienado. Foi outro santo remédio.

— Realmente, é admirável! — dizia-se nas ruas, ao ver a expressão sadia e enfunada dos dois ex-dementes.

Tal era o sistema. Imagina-se o resto. Cada beleza moral ou mental era atacada no ponto em que a perfeição parecia mais sólida; e o efeito era certo. Nem sempre era certo. Casos houve em que a qualidade predominante resistia a

tudo; então o alienista atacava outra parte, aplicando à terapêutica o método da estratégia militar, que toma uma fortaleza por um ponto, se por outro não o pode conseguir.³

No fim de cinco meses e meio, estava vazia a Casa Verde: todos curados! O vereador Galvão, tão cruelmente afligido de moderação e equidade, teve a felicidade de perder um tio; digo felicidade, porque o tio deixou um testamento ambíguo, e ele obteve uma boa interpretação corrompendo os juízes e enganando os outros herdeiros. A sinceridade do alienista manifestou-se nesse lance: confessou ingenuamente que não teve parte na cura — foi a simples *vis medicatrix* da

natureza.⁴ Não aconteceu o mesmo com o Padre Lopes. Sabendo o alienista que ele ignorava perfeitamente o hebraico e o grego, incumbiu-o de fazer uma análise crítica da versão dos Setenta; o padre aceitou a incumbência, e em boa hora o fez: ao cabo de dois meses possuía um livro, e a liberdade.⁵ Quanto à senhora do boticário, não ficou muito tempo na cela que lhe coube, e onde, aliás, não lhe faltaram carinhos.

— Por que é que o Crispim não vem visitar-me? — dizia ela todos os dias.

Respondiam-lhe ora uma coisa, ora outra; afinal, disseram-lhe a verdade inteira. A digna matrona não pôde conter a indignação e a vergonha. Nas

explosões da cólera, escaparam-lhe expressões soltas e vagas, como estas:

— Tratante!... Velhaco!... Ingrato!... Um patife que tem feito casas à custa de unguentos falsificados e podres... Ah! Tratante!...

Simão Bacamarte advertiu que, ainda quando não fosse verdadeira a acusação contida nessas palavras, bastavam elas para mostrar que a excelente senhora estava enfim restituída ao perfeito desequilíbrio das faculdades; e prontamente lhe deu alta.⁶

Agora, se imaginais que o alienista ficou radiante ao ver sair o último hóspede da Casa Verde, mostrais com isso que ainda não conheceis o nosso homem. *Plus ultra!* era a sua divisa.⁷ Não

lhe bastava ter descoberto a teoria verdadeira da loucura; não o contentava ter estabelecido em Itaguaí o reinado da razão. *Plus ultra!* Não ficou alegre, ficou preocupado, cogitativo; alguma coisa lhe dizia que a teoria nova tinha, em si mesma, outra e novíssima teoria.

— Vejamos — pensava ele —; vejamos se chego enfim à última verdade.

Dizia isto passeando ao longo da vasta sala onde fulgurava a mais rica biblioteca dos domínios ultramarinos de Sua Majestade. Um amplo chambre de damasco, preso à cintura por um cordão de seda com borlas de ouro (presente de uma universidade), envolvia o corpo majestoso e austero do ilustre alienista. A cabeleira cobria-lhe uma extensa e

nobre calva, adquirida nas cogitações cotidianas da ciência. Os pés, nem delgados e femininos, nem graúdos e grosseiros, mas proporcionados ao vulto, eram resguardados por um par de sapatos cujas fivelas não passavam de simples e modesto latão. Veja-se a diferença: só se lhe notava luxo naquilo que era de origem científica; o que propriamente vinha dele trazia a cor da moderação e da singeleza, virtudes tão ajustadas à pessoa de um sábio.

Era assim que ele ia, o grande alienista, de um extremo a outro da vasta biblioteca, metido em si mesmo, estranho a todas as coisas que não fossem o tenebroso problema da patologia cerebral. Súbito, parou. Em

pé, diante de uma janela, com o cotovelo esquerdo apoiado na mão direita, aberta, e o queixo na mão esquerda, fechada, perguntou a si mesmo:

— Mas estariam eles deveras loucos, e foram curados por mim — ou o que pareceu cura não foi mais do que a descoberta do perfeito desequilíbrio do cérebro?

E, cavando por aí abaixo, eis o resultado a que chegou: os cérebros bem organizados que ele acabava de curar eram tão desequilibrados como os outros. “Sim”, dizia ele consigo, “eu não posso ter a pretensão de haver-lhes inculcado um sentimento ou uma faculdade nova; uma e outra coisa

existiam no estado latente, mas existiam.”⁸

Chegado a esta conclusão, o ilustre alienista teve duas sensações contrárias, uma de gozo, outra de abatimento. A de gozo foi por ver que, ao cabo de longas e pacientes investigações, constantes trabalhos, luta ingente com o povo, podia afirmar esta verdade: não havia loucos em Itaguaí. Itaguaí não possuía um só mentecapto. Mas, tão depressa esta ideia lhe refrescou a alma, outra apareceu que neutralizou o primeiro efeito: foi a ideia da dúvida. Pois quê! Itaguaí não possuiria um único cérebro bem constituído? Esta conclusão tão absoluta não seria, por isso mesmo,

errônea? E não vinha, portanto, destruir o largo e majestoso edifício da nova doutrina psicológica?

A aflição do egrégio Simão Bacamarte é definida pelos cronistas itaguaienses como uma das mais medonhas tempestades morais que já desabaram sobre o homem. Mas as tempestades só aterram os fracos; os fortes enrijecem-se contra elas e fitam o trovão. Vinte minutos depois, iluminou-se a fisionomia do alienista de uma suave claridade.

“Sim, há de ser isso”, pensou ele.

Isso é isto. Simão Bacamarte achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral; pareceu-lhe que possuía a sagacidade, a paciência, a

perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade — todas as qualidades, enfim, que podem formar um acabado mentecapto.⁹ Duvidou logo, é certo, e chegou mesmo a concluir que era ilusão; mas, sendo homem prudente, resolveu convocar um conselho de amigos, a quem interrogou com franqueza. A opinião foi afirmativa.

— Nenhum defeito?

— Nenhum — disse em coro a assembleia.

— Nenhum vício?

— Nada.

— Tudo perfeito?

— Tudo.

— Não, impossível! — bradou o alienista. — Digo que não sinto em mim essa superioridade que acabo de ver definir com tanta magnificência. A simpatia é que vos faz falar. Estudo-me, e nada acho que justifique os excessos da vossa bondade.

A assembleia insistiu; o alienista resistiu; finalmente, o Padre Lopes explicou tudo com este conceito digno de um observador:

— Sabe a razão por que não vê as suas elevadas qualidades, que aliás todos nós admiramos? É porque tem ainda uma qualidade que realça as outras: a modéstia.¹⁰

Era decisivo. Simão Bacamarte curvou a cabeça, juntamente alegre e triste, e

ainda mais alegre do que triste. Ato contínuo, recolheu-se à Casa Verde. Em vão a mulher e os amigos lhe disseram que ficasse, que estava perfeitamente são e equilibrado; nem rogos, nem sugestões, nem lágrimas o detiveram um só instante.

— A questão é científica — dizia ele —; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática.

— Simão! Simão! Meu amor! — dizia-lhe a esposa, com o rosto lavado em lágrimas.

Mas o ilustre médico, com os olhos acesos da convicção científica, trancou os ouvidos à saudade da mulher e brandamente a repeliu. Fechada a porta

da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses, no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada. Alguns chegam ao ponto de conjecturar que nunca houve outro louco, além dele, em Itaguaí; mas esta opinião, fundada num boato que correu desde que o alienista expirou, não tem outra prova senão o boato — e boato duvidoso, pois é atribuído ao Padre Lopes, que com tanto fogo realçara as qualidades do grande homem. Seja como for, efetuou-se o enterro com muita pompa e rara solenidade.¹¹

1 A terapêutica da corrupção. O sistema de curas é o coroamento lógico do conto: se a virtude é doença, o vício é remédio. Cura-se o modesto com fama e enfeites; o poeta, com a matraca da vaidade (Garção: Pedro António Correia Garção, poeta português do século XVIII; Píndaro: o maior lírico grego — apregoar um verzejador de vila como rival de ambos é dose cavalgar de lisonja). Note-se a exatidão psicológica: a lisonja *funciona*; a vaidade dorme em quase todo coração, bastando acordá-la. Bacamarte é um diretor espiritual às avessas — conhece as tentações como um mestre de noviços e as administra como venenos calibrados (“não ia logo às doses máximas”). A tradição ascética chama a isso, quando o faz o demônio, tentação; o conto chama terapia.

É a página em que a inversão do bem e do mal se faz método, com a bênção da palavra “ciência” — e o povo aplaude: “foi um santo remédio”, diz a mãe, canonizando a corrupção do filho.

2 Academia dos Encobertos. Paródia das academias literárias setecentistas (houve no Brasil a Academia dos Esquecidos, a dos Renascidos...). “Encobertos” é achado duplo: alude ao messianismo português do “Encoberto” (o rei oculto que voltaria) e sugere gente que nada faz às escondidas de todos. O episódio do diploma — o governo de Lisboa concedendo um título régio *como medicamento*, a pedido de um primo ministro — estende a sátira à monarquia inteira: o Estado coopera docilmente com a farsa, desde que requerida em nome da ciência e do parentesco.

3 A estratégia militar aplicada às almas.

Quando a virtude dominante resiste, ataca-se outra: a alma é uma fortaleza a ser tomada. A imagem diz a verdade do sistema: isto não é medicina, é guerra — guerra metódica contra a perfeição moral, no que ela tem de mais sólido. Mas registre-se o dado antropológico que Machado, ironista, deixa entrever: *a virtude resiste*. Houve casos “em que a qualidade predominante resistia a tudo”. O hábito virtuoso, ensina a escolástica, é uma segunda natureza; não se desfaz num dia, nem por um decreto. As fortalezas caem uma a uma no conto — mas caem por assédio longo, o que é, involuntariamente, uma homenagem.

4 “**Vis medicatrix naturae.**” “A força curativa da natureza” — máxima hipocrática: o organismo tende por si à saúde. O emprego aqui é a mais feroz das piadas do

conto: a “natureza” que curou Galvão sozinha foi a que o fez corromper juízes e fraudar herdeiros. Para o sistema de Bacamarte, a tendência natural do homem é para o vício, e a virtude é o artifício doentio. É exatamente a antropologia pessimista que certos modernos (Hobbes, e depois os darwinistas sociais) opuseram à tradição clássica. A resposta tomista distingue: a natureza humana está *ferida* (daí a facilidade da queda), mas não *corrompida na raiz*; a sua inclinação fundamental — conhecer a verdade, viver em sociedade, amar o bem — permanece boa, e a virtude não é artifício contra a natureza, mas o seu acabamento (I-II, q. 85; q. 94). O riso de Machado atinge o otimismo ingênuo; não atinge — porque não a considera — a doutrina completa, que nunca foi ingênua sobre o homem.

5 O Padre Lopes e a versão dos Setenta.

Septuaginta é a antiga tradução grega do Antigo Testamento. Encarregar da sua “análise crítica” um padre que ignora grego e hebraico é receita infalível: o vigário produz um livro — e a presunção intelectual o cura da “sanidade”. A sátira é dupla: contra o clero sem letras (chaga real do padroado brasileiro, que a própria Igreja combateu nos seus melhores momentos) e contra a vaidade erudita, que escreve com aplomb sobre o que não sabe. Que o remédio funcione em dois meses diz tudo sobre a solidez da virtude do personagem.

6 A alta da boticária.

A esposa de Crispim — internada por lealdade conjugal — recebe alta quando explode em cólera e maledicência contra o marido. A ira e a difamação são o seu atestado de “perfeito desequilíbrio”, isto é, de normalidade.

Repare-se, porém, na malícia suplementar: as acusações (“unguentos falsificados e podres”) são provavelmente *verdadeiras* — e Bacamarte dá alta sem apurá-las. A verdade dita com ira liberta; a caridade paciente prende. O sistema está completo.

- 7 “**Plus ultra!**” “Mais além!” — divisa de Carlos V, cunhada contra o antigo *non plus ultra* (o “não mais além” das colunas de Hércules). No imperador, significava a expansão de um império; no alienista, a expansão sem termo da pesquisa. É a divisa exata do cientificismo: um “mais além” sem fim último, progresso que não sabe para onde. A inteligência foi feita para repousar na verdade (e, em última instância, na Verdade primeira, que é Deus); a que recusa todo repouso condena-se ao movimento perpétuo — e o capítulo mostra onde o movimento

perpétuo termina: em si mesmo, como num redemoinho.

8 O colapso da terapêutica. Bacamarte percebe que não “curou” ninguém: os vícios que despertou já existiam em estado latente. A observação é psicologicamente exata (a tentação não cria a concupiscência; excita-a) e destrói a segunda teoria como a estatística destruíra a primeira. De novo, o momento socrático: reconhecer o erro e voltar ao princípio. De novo, a fuga para a frente: se ninguém é são, salvo... E o olhar, que nunca se examinou, volta-se enfim para o único habitante inexaminado de Itaguaí: o próprio examinador.

9 “Todas as qualidades que podem formar um acabado mentecapto.” A frase é o cume da ironia machadiana: a lista das virtudes de Bacamarte — sagacidade, paciência, perseverança, tolerância,

veracidade, vigor moral, lealdade — é o retrato do homem perfeito, oferecido como diagnóstico de loucura consumada. Mas o leitor sabe o que os cronistas não dizem: a lista é falsa. Bacamarte não possui a veracidade (mentiu na fachada da Casa Verde), nem a lealdade (internou a esposa e os amigos), nem a tolerância (encarcerou uma vila). Possui uma só coisa em grau heroico: a soberba da razão autossuficiente — o orgulho, precisamente o vício que a sua ciência jamais catalogou. E aqui está a chave final: o sistema que via vícios em todas as virtudes alheias nunca viu o vício capital do seu autor. Nenhuma das suas duas teorias tinha uma galeria para a soberba. A tradição sabia-o de cor: *initium omnis peccati superbia* — o princípio de todo pecado é a soberba (Eclo 10, 15); e a soberba é, entre todos os vícios, o que menos se vê a si mesmo.

10 A “modéstia” decisiva. O Padre Lopes fecha a armadilha com a lisonja perfeita: a única prova que faltava da perfeição de Bacamarte é ele não a ver — logo, é modesto; logo, é perfeito; logo (pela teoria), é louco. O silogismo da adulação executa a sentença. Note-se a vingança involuntária (ou não: o boato final deixa a dúvida) do vigário medíocre sobre o sábio soberbo: a Igreja do conto, que nunca teve coragem de resistir ao alienista, fornece-lhe ao menos o empurrão final — por bajulação. Machado não perdoa a ninguém; e, desta vez, com justiça distributiva impecável.

11 O fim: a teoria devora o teórico. Bacamarte interna-se, estuda-se, não se cura e morre. O desfecho é a *reductio ad absurdum* encarnada: o sistema que começou definindo a loucura dos outros termina, por coerência interna, engolindo

o seu autor — único caso em que, talvez, acertou, se é verdade o boato do Padre Lopes de que “nunca houve outro louco em Itaguaí além dele”. Que loucura era a sua? Não a demência clínica: a *insipiência* no sentido bíblico — “disse o insensato no seu coração: não há Deus” (Sl 13/14, 1) —, a razão que se fecha sobre si mesma, recusa toda medida exterior e se constitui juiz universal. Essa razão, não medindo-se por nada, acaba sem medida; e o homem sem medida é, à letra, o desmedido: o louco. Machado deixa tudo em suspenso, como sempre — o boato “não tem outra prova senão o boato”. Mas a arquitetura do conto julgou por ele: de todas as personagens, a única cuja insânia a narrativa *demonstra*, passo a passo, com rigor de teorema, é a do homem que se pôs no lugar de Deus. O enterro “com muita pompa e rara solenidade” fecha o círculo aberto na inauguração da Casa Verde: a vila que

aplaudiu tudo aplaude também o fim, sem
ter aprendido nada. Aprender fica por
conta do leitor.

A loucura de quem define a loucura

O *Alienista* é, antes de tudo, uma sátira ao cientificismo — a doutrina, dominante no tempo de Machado, segundo a qual a ciência experimental é a única forma legítima de conhecimento e o único tribunal do homem. O Brasil de 1881 respirava positivismo: a fórmula de Auguste Comte, que pretendia superar a “era teológica” e a “era metafísica” pela “era positiva”, conquistava as escolas militares e as faculdades, e em poucos anos estamparia o seu lema na bandeira da República. Machado, cético quanto

aos entusiasmos do século, escreveu contra essa maré o seu conto mais perfeito: um positivista de farsa, instalado numa vila colonial, levando o princípio cientificista às últimas consequências com uma coerência que nenhum positivista de verdade teve a coragem de exhibir.

O mecanismo da sátira é rigorosamente filosófico, e por isso o conto envelheceu tão pouco. Bacamarte parte de uma definição — “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades” — que não colheu da realidade, mas decretou. Tudo o mais é dedução impecável a partir do princípio falso: se a sanidade é perfeição, quase todos são loucos (primeira fase); se

quase todos são loucos, a loucura é o normal e a perfeição é doença (segunda fase); se a perfeição é doença, os virtuosos devem ser internados e curados pelo vício (terceira fase); e, se resta um só perfeito, o teórico deve internar-se a si mesmo (desfecho). A lição de lógica é de manual: de um princípio errado, quanto mais rigorosa a dedução, mais monstruosa a conclusão. Corrigir o rigor não adianta nada; é preciso corrigir o princípio — e o princípio não se corrige com mais ciência, porque é anterior à ciência: é filosófico. A pergunta “que é a razão?” não se responde com estatísticas, como Bacamarte tenta duas vezes, colhendo duas vezes o absurdo; responde-se

olhando a natureza do homem e o seu fim.

Aqui a tradição de Santo Tomás tem o que a sátira não tem: a resposta. A sanidade da alma não é “equilíbrio” quantitativo nem média estatística; é a ordenação das faculdades ao seu objeto próprio — a inteligência à verdade do real, a vontade ao bem conhecido — e, pela virtude, ao fim último do homem. Por essa medida, há loucos e há sãos, há vícios e virtudes, e as fronteiras, embora admitam casos difíceis, são reais e cognoscíveis: é o que o senso comum de Itaguaí sabia (“a definição de todos os tempos”, diz o Padre Lopes no capítulo IV) e o que nenhuma teoria pôde abolir sem se abolir. A verdadeira linha

divisória do conto não passa entre normais e anormais, mas entre a razão que se mede pelo real e a razão que pretende medir o real por si mesma. Bacamarte é o segundo caso em estado químico: não dá satisfações “senão aos mestres e a Deus” — e a Deus não presta culto algum; a sua razão é regra suprema de si própria. A tradição chama a isso soberba, e vê nela o princípio de todo pecado; o conto, sem usar o vocabulário, executa a sentença com precisão teológica: o homem que se fez medida de todos termina como o único internado de sua própria medida, e morre sem alcançar nada. É o destino de toda razão que se separa do ser: não encontra, no fim do caminho, senão a si

mesma — e de si mesma ninguém se cura sozinho.

Mas a sátira machadiana tem dois gumes, e uma edição crítica deve medir os dois. Machado não atinge apenas o cientificismo: atinge tudo. O povo é tolo e volúvel; os políticos, corruptos ou covardes; os revolucionários, ambiciosos; a Igreja, na figura do Padre Lopes, medíocre, adulatória e vingativa; a piedade de D. Evarista, vaidade devota; o boato final insinua que talvez nada se possa saber de ninguém. Esse ceticismo universal é a assinatura do autor e o limite da sua grandeza. Porque, se ninguém é são e nada é certo, então a própria sátira perde o chão: rir de Bacamarte só faz sentido se existe

uma sanidade real da qual ele se desviou; denunciar a arbitrariedade só faz sentido se existe justiça; expor a adulação, se existe verdade devida. O riso de Machado vive, sem confessar, do crédito da moral que ele finge não subscrever. A leitura que aqui se propôs, capítulo a capítulo, procurou justamente saldar essa conta: recolher da sátira tudo o que ela ensina — e é muito — e recusar-lhe apenas a conclusão implícita de que, no fim, não há critério. Há. Se não houvesse, o conto não seria engraçado.

Quanto ao retrato do clero, diga-se com serenidade o que as notas foram dizendo em detalhe: o Padre Lopes é uma caricatura — verossímil como

indivíduo, injusta como símbolo. O clero do padroado colonial teve, sim, os seus acomodados e os seus ignorantes; teve também missionários, mártires, defensores dos índios e dos pobres, e uma tradição intelectual que o vigário de Itaguaí desconhece por completo. Machado, filho do seu século anticlerical, generaliza pelo pior exemplar. O leitor católico não precisa escandalizar-se nem defender o indefensável: a mediocridade de um padre é censurável exatamente porque o seu ofício é alto, e a sátira ao mau clérigo é, desde Dante — que o Padre Lopes cita sem lhe aprender a lição —, um serviço que a própria consciência cristã prestou a si mesma. O que se deve recusar é o sofisma silencioso: do

vigário acomodado nada se segue contra a fé que ele representa mal.

Resta o essencial, que é a atualidade. O *Alienista* descreve, com cento e quarenta anos de antecedência, um mecanismo que o leitor de hoje encontra em plena atividade: a autoridade terapêutica substituindo a autoridade moral; o diagnóstico substituindo o juízo; a “saúde” e o “bem-estar” substituindo o bem e o mal; categorias clínicas elásticas alargando-se — de ilha a continente — até absorver condutas, opiniões e virtudes; a estatística erigida em norma, como se a média dos comportamentos pudesse dizer o que o homem deve ser; e a blindagem tecnocrática — “não dou

satisfação a leigos” — subtraindo ao exame público decisões que dispõem da liberdade e da vida das pessoas. Contra tudo isso, o conto de Machado, lido com as notas que a sua própria ironia pede, é um antídoto de primeira ordem: ensina a perguntar, diante de cada nova “ciência” que pretenda redefinir o homem, as três perguntas que ninguém fez a Simão Bacamarte a tempo — quem definiu os termos? com que direito? e por que medida será medido o medidor? A resposta última à terceira pergunta, a vila de Itaguaí nunca soube dar. A filosofia perene sabe: a medida do medidor é a realidade, que ele não fez; a lei natural, que ele não vota; e o Deus vivo, diante de quem toda razão criada é discípula — e só é sã enquanto o souber.

Edição preparada e atualizada a partir do texto de domínio público de O Alienista (Machado de Assis, 1882), com notas críticas e explicativas orientadas pelo realismo filosófico e pela tradição de Santo Tomás de Aquino.

O ALIENISTA

Machado de Assis

Atualização para o português contemporâneo,
notas críticas e estudo final: Baixe Livros

*Composto em Lora, corpo 18, em formato A5,
para leitura gratuita em telas e dispositivos móveis.*

REGISTRO



APD-2026-00011-3

archivepublicdomain.com/registry

Aponte a câmera do celular para conferir esta ficha.

BAIXE LIVROS · 2026

baixelivros.com.br

Um clássico imortal, agora mais acessível e profundo.

Esta edição apresenta o texto integral de *O Alienista* meticulosamente atualizado para o português contemporâneo. Sem cortes ou resumos, o trabalho preserva intacta a genialidade de Machado de Assis: a estrutura da narrativa, o ritmo e a inconfundível ironia machadiana estão todos aqui. Modernizamos apenas construções em desuso e vocabulário arcaico para garantir uma leitura fluida, mantendo o jargão histórico indispensável — sempre devidamente explicado.

O grande diferencial desta edição, contudo, é o seu rico aparato crítico. Ao final de cada capítulo, notas explicativas cumprem uma dupla função. Primeiro, situam o leitor nas referências da época. Segundo, propõem uma análise profunda da obra à luz do realismo filosófico, da lei natural e da tradição de Santo Tomás de Aquino. Se por um lado celebramos a brilhante sátira de Machado ao cientificismo, por outro, seu ceticismo universal e relativismo são submetidos a um instigante debate crítico.

Com notas interativas de fácil navegação e um estudo exclusivo ao final do volume, esta é a edição definitiva para quem busca compreender a “loucura” de Itaguaí com total clareza e profundidade filosófica.

BAIXE LIVROS
Sua Biblioteca Virtual Gratuita

